



## Índice

- 01** Debate inédito sobre os povos indígenas e a ditadura militar no Museu do Índio
- 02** Em Minas Gerais, empreendimento coloca quilombo em risco
- 03** Povo Apinajé: Resgate e Fortalecimento da Agricultura Tradicional
- 04** Casos de racismo no futebol são discutidos em audiência pública da Câmara dos Deputados
- 05** Seppir cobra providências para crime contra Cláudia Silva Ferreira
- 06** Mapa inédito coloca o Brasil em 3º lugar em conflitos ambientais
- 07** Telma Monteiro, especial para Combate: “Um depoimento sincero sobre os Tenharin e Jiahui”
- 08** Publicação da Terra de Direitos debate a agrobiodiversidade e a superação da produção capitalista no campo
- 09** Somos tod@s Cacique Babau. Entenda porque refletindo sobre trechos de sua fala...
- 10** MA – Incra reconhece área quilombola do Charco, município de São Vicente de Ferrer
- 11** Comin lança Dicionário Apurinã-Português, organizado por Ana Patrícia (Patira) Ferreira
- 12** Rio Madeira ultrapassa 19,40 m, cota prevista para abril pela Defesa Civil



- 13** Indígenas Yanomami participam pela primeira vez de seção eleitoral em RR
- 14** Os Camargos: Família se espalhou e terras foram invadidas
- 15** Os Camargos: Remanescentes de quilombos vivem em estado de pobreza extrema
- 16** Os Camargos: Quilombolas aguardam pela delimitação de território para serem reconhecidos
- 17** Roraima – Curso para Técnicos de Enfermagem Indígenas começa no segundo semestre de 2014
- 18** Manifesto dos povos da floresta do Vale do Juruá: “O petróleo é nosso”! Deixem-no na terra! Fora da Amazônia, petroleiras!
- 19** Descendentes de escravo mostram como era feito o Caminho dos Negros
- 20** Ano da agricultura familiar, camponesa e indígena
- 21** Forte temporal causa estragos na comunidade Enseada do Aritapera
- 22** Ofício valoriza mulheres ribeirinhas
- 23** FAB ainda não achou pistas de bimotor desaparecido
- 24** Rio Tinto: Representantes de 30 tribos participam do lançamento dos Jogos Indígenas 2014
- 25** Estudantes de Jornalismo da UFRB lançam revista sobre Políticas Afirmativas
- 26** Indígenas de oito povos se reúnem para criar a rede de Pontos de Cultura Indígenas do Nordeste
- 27** Para procurador, Justiça Eleitoral não deve exigir certificado de quitação do serviço



militar para indígenas

- 28** Crise na Casai de Dourados chega no Ministério Público Federal
- 29** Seminário interuniversitário debate terras indígenas e crescimento econômico
- 30** Rastro crescente de destruição: Minas-Rio – “Um mineroduto que passou em minha vida”
- 31** Primeira federal a adotar cotas, UnB deve decidir sobre sistema até abril
- 32** Conselho Indigenista realiza Seminário sobre exploração do Petróleo



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

---

**Debate inédito sobre os povos indígenas e a ditadura militar no Museu do Índio**  
SÍTIO MUSEU DO ÍNDIO/RJ, 21.03.2014

A mesa redonda vai acontecer no dia primeiro de abril com o tema "Os povos indígenas e a ditadura militar – a questão indígena de 1964 até hoje". Renomados especialistas vão analisar a violência contra os índios a partir do período militar. Na ocasião haverá exposição de jornais publicados na época e exibição de vídeo sobre o tema.

Entre os participantes, destaque para o primeiro Guarani Kaiowá doutor em antropologia, Tonico Benites. Estão confirmadas, também, as presenças do vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Marcelo Zelic e do professor da Unirio e Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, José Ribamar Bessa Freire. O encontro vai contar, ainda, com a participação do professor da Universidade Federal da Grande Dourados, Neimar Machado de Souza. A mesa será mediada pelo professor em História Regional e Populações da Universidade Federal da Fronteira do Sul, Cesar de Miranda e Lemos.

O encontro será realizado no Museu do Índio, em Botafogo, dentro da programação do evento "50 anos do golpe de 1964", organizado pelas universidades federais do Rio de Janeiro. A mesa redonda será dirigida ao público em geral, em especial, aos estudantes universitários e profissionais da área. Entrada grátis.

Comunicação Social/ MI

**Em Minas Gerais, empreendimento coloca quilombo em risco**

SÍTIO BRASIL DE FATO, 21.03.2014

*Disputados por diversos movimentos, local é território de resistência negra*



Maíra Gomes  
Belo Horizonte (MG)

São mais de 900 hectares de terra, a última área verde preservada dentro de Belo Horizonte. Localizada na divisa com Santa Luzia, o local é conhecido como Mata dos Werneck. Mas não pertence apenas à família Werneck. No terreno moram famílias quilombolas (como são chamados os descendentes dos trabalhadores escravizados que construíram territórios livres) há pelo menos 150 anos.

"A gente não sabe explicitar quanto tempo tem o quilombo, mas o jatobá ali no quintal tem 175 anos", conta Maurício Moreira dos Santos, presidente da Associação do Quilombo Mangueiras. Lá vivem hoje 22 famílias, cerca de 60 pessoas, todas descendentes do casal Vicência e Cassiano, primeiros a chegar no quilombo.

CONT.



Atualmente, o terreno é palco de guerra imobiliária. A implantação da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves e a transformação do aeroporto de Confins em terminal industrial mudaram o perfil da região, conhecida como Vetor Norte.

Está previsto um mega empreendimento para a construção de 72 mil apartamentos, shopping center, hipermercado, escolas, postos de saúde, entre outras estruturas. Por outro lado, as ocupações Esperança, Vitória e Rosa Leão também estão no local, com mais de 15 mil famílias que exigem que seja cumprido o direito à moradia. Negociações apontam a possibilidade de construção de casas populares no empreendimento, mas sem garantia. Com tudo isso, o Quilombo Mangueiras também está sendo afetado.

As famílias ocupam hoje dois hectares de terra, mas buscam na Justiça outros 17,8 para compor o território quilombola. Para o sucesso do empreendimento, será necessária a construção de uma via que dê acesso local. De acordo com o projeto, a via passará em parte desse território, atravessando os dois hectares e parte dos 17,8 pleiteados.

#### Possibilidade de negociação

Maurício explica que a comunidade pensa em uma segunda possibilidade de conseguir a titulação, por negociação com os proprietários e empreendedores que investem na Mata dos Werneck. "Se nós tivermos garantia da titulação do território completo, e mais uma lista com 26 compensações, podemos abrir mão da parte necessária para construir a via. Sem isso, não tem negociação", afirma.

Entre as compensações, a comunidade exige a construção de 26 casas, dois galpões para aulas e eventos e uma via de acesso interno no quilombo. "Para o empreendimento sair do papel, as restrições socioambientais têm que ser observadas. O caso dos quilombolas entraria na questão social", defende o defensor público federal Estêvão Ferreira Couto, que acompanha o caso. "A infraestrutura deles é muito precária em termos de moradia e de acesso. Vejo que se for possível caminhar mais rápido para a titulação, deve ser feita uma negociação sim, um acordo que permita uma compensação", declara.

#### 500 comunidades, um título da terra

No estado de Minas Gerais, são quase 500 comunidades quilombolas, e apenas uma tem a titulação da terra. "A cultura quilombola é considerada patrimônio cultural da nação e é protegida pela Constituição. De 1988 até hoje o governo fez muito pouco", critica o defensor. O caminho para a titulação de terras quilombolas é longo. Após a certificação da Fundação Cultural Palmares atestando que a comunidade é de fato remanescente de quilombolas, o processo passa para a responsabilidade do Incra, que inicia a delimitação do terreno e a pesquisa antropológica. É destinado um prazo para contestação dos proprietários e, se o território for mantido como estava no estudo, passa pela fase de desapropriação. O defensor público explica que o Quilombo Mangueiras está na fase do fim das contestações e em processo de desapropriação. "Mas o Incra está enrolando há mais de um ano. Para os Werneck, a área quilombola é um grande negócio, porque a indenização é paga em dinheiro. Mas o governo está cozinhando o processo", critica.

CONT.



---

### A luta pelo território

O defensor Estêvão aponta que o registro dos dois hectares, feito em 1928 e 1942, não garante a posse do terreno pelos quilombolas. Os dois hectares estão caracterizados como ADE (Área de Diretriz Especial), que garante apenas que nenhum empreendimento pode afetar a área. "É um título precário e provisório, pois se for feita alguma alteração na lei de Uso e Ocupação do Solo, o quilombo perde a segurança", explica. Estêvão conta que é necessária a titulação das terras pelo Incra para que haja uma proteção jurídica. Ainda assim, Maurício explica que os dois hectares não são suficientes para a sobrevivência da comunidade. "É igual você na sua casa. Se você mora em apartamento, você não tem o território, tem só a terra. O território de vocês é o condomínio e o nosso é o resto da terra. Porque não existe comunidade quilombola que sobrevive sem o território", explica. Por isso, a Associação pleiteia os outros 17,8 hectares.

**Povo Apinajé: Resgate e Fortalecimento da Agricultura Tradicional**  
SÍTIO ASSOCIAÇÃO UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ-PEMPXÀ, 21.03.2014



Famílias da aldeia Patizal, realizando atividades de colheita da mandioca.  
(foto Oscar Apinagé. Fev. 2014).

Antigamente nossos antepassados praticavam a agricultura de subsistência de forma espontânea, livre e natural. Diversas espécies de mandioca, milho, araruta, inhame, batata, abóbora, amendoim e macaxeira eram cultivados de maneira tradicional e sustentável. As perseguições por causa da terra, as doenças e as guerras de extermínio provocaram a desorganização sociocultural e a inevitável redução da população Apinajé. Como consequências, muitos conhecimentos e saberes sobre agricultura foram perdidos ou esquecidos. Algumas espécies de sementes também foram roubadas, destruídas ou usurpadas.

Recentemente em 1985, um convênio celebrado entre a Fundação Nacional do Índio-FUNAI e a Companhia Vale do Rio Doce- CVRD, hoje conhecida como Vale, introduziu nas aldeias São José, Mariazinha e Patizal a prática equivocada das roças mecanizadas. Na época foram adquiridos tratores, grades, roçadeiras, plantadeiras e colhedoras, que foram utilizados poucos anos, para implantar os chamados "projetos comunitários", aonde eram cultivados especialmente o arroz e o feijão.

CONT.



Poucos anos depois o Convenio FUNAI/CVRD foi encerrado e as máquinas viraram sucatas e (ou) foram vendidas, deixando as famílias dependentes e acomodadas. A expectativa excessiva gerada por esses tipos de projetos e as "facilidades" ilusórias, supostamente trazidas pela mecanização intensiva, resultaram em incalculáveis prejuízos sociais, culturais e econômicos, que refletem até hoje de maneira negativa na vida das famílias Apinajé.

No entanto em 2010, os caciques, decidiram que parte dos recursos da compensação da UHE Estreito, a que temos direito, deveria ser aplicada na implantação e no fortalecimento de pequenas roças familiares nas aldeias Apinajé, localizadas nos municípios de Tocantinópolis e Maurilândia no Norte do Tocantins. O objetivo do projeto é Recuperar e Promover os Valores de nossa agricultura tradicional e assim buscar melhorar e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades.

O projeto prevê também o Resgate e Conservação das Sementes Tradicionais, com essa finalidade no período de 03 a 07 de setembro de 2012, participamos da 1ª Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais que foi realizada na aldeia Moxkarako, Terra Indígena Kayapó no município de São Félix do Xingú (PA).

E nos meses de outubro e novembro de 2013, realizamos duas visitas de intercâmbio e troca de experiências aos camponeses e agricultores familiares dos municípios de Augustinópolis e Esperantina localizadas no Bico do Papagaio, extremo Norte do Tocantins. Na ocasião adquirimos nos assentamentos da região, sementes de milho, feijão, fava, arroz e mudas de batata, araruta, inhame, banana e ramas de mandioca, que foram plantadas nos projetos de 16 aldeias.

Nesse primeiro ano de execução do Programa Básico Ambiental-PBA Timbira a maioria das comunidades optou pelo eixo Segurança Alimentar, no qual foram aplicados recursos nas roças e casas de farinha. Mas estão previstos também investimentos na Segurança Ambiental, Segurança Territorial, Segurança Cultural e Apoio Institucional.

Conforme já era esperado, identificamos e enfrentamos alguns problemas durante a execução do PBA, porém os primeiros resultados alcançados são positivos e animadores.

De acordo com o Termo de compromisso assinado entre a FUNAI, CESTE e a Associação Wyty Câte esses projetos deverão ser implantados até 2020, depois desse período serão realizados pelo Consórcio CESTE novos EIA-Estudos de Impacto Ambiental na Terra Indígena Apinajé, divulgado o referido RIMA/Relatório de Impacto Ambiental, se for constatado a continuidade dos impactos da hidrelétrica na Terra Indígena o Programa de Compensação deverá ser renovado.

Terra Indígena Apinajé, 21 de março de 2014.  
Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

## Casos de racismo no futebol são discutidos em audiência pública da Câmara dos Deputados

SÍTIO SEPPIR, 21.03.2014

*O evento ocorreu na última quarta-feira (19), na Comissão do Esporte, com o objetivo de debater episódios que tiveram grande repercussão na mídia nacional e internacional nos primeiros dias do ano*



"Com as mesmas ferramentas que usam para divulgar as deliberações do time aos seus associados, os clubes podem dar grande repercussão a uma campanha contra o racismo", declarou o assessor da SEPPIR

Com a finalidade de debater os recentes casos de racismo no futebol brasileiro, foi realizada audiência pública na última quarta-feira (19), na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. Promovida pela Comissão do Esporte, a atividade teve a participação do assessor Especial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, Edson Cardoso.

"Para jogar bola, a população negra teve que lutar muito, mas conseguimos vitórias e um patrimônio extraordinário", ressaltou Cardoso durante sua apresentação. Ao falar sobre o contexto histórico brasileiro, o assessor citou nomes de destaque como Leônidas da Silva, atleta afro-brasileiro que integrou a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1938, e que exemplifica as conquistas no âmbito dos esportes. "Estamos falando de uma época na qual imperava os ideais de superioridade ariana", acrescentou.

Na ocasião, o assessor afirmou que no futebol foram alcançados princípios de igualdade e respeito que precisam ser ensinados ao país. "Em outras áreas, continuamos encontrando

CONT.



dificuldades de romper com a hierarquização da diversidade, em que por associar a aparência a valores, a gente tem dificuldade de incorporar talentos e vocações para realizar o que precisa ser realizado”, disse.

Além do gestor da SEPPIR, compuseram a mesa o presidente e o vice-presidente da Comissão, deputados Damião Feliciano (PDT-PB) e Afonso Hamm (PP-RS), respectivamente; a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Maria do Rosário; o integrante da Comissão de Direito Desportivo da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Ronaldo Tolentino; e o presidente da Comissão Estadual de Arbitragem de Futebol da Federação Paulista de Futebol (Ceaf/FPF), Marcos Cabral.

#### Racismo na atualidade

Com relação aos episódios recentes de racismo repercutidos pela mídia nacional e internacional, entre eles as ofensas racistas contra os jogadores Tinga, do Cruzeiro, Arouca, do Santos, e o árbitro Márcio Chagas da Silva, da Federação Gaúcha de Futebol, o assessor afirmou: “Tem racismo no futebol, mas não é na mesma intensidade que em outras áreas. Não quero dizer que não há racismo no futebol. Quero dizer que rompemos com a segregação e com as barreiras, quando comparamos com outros setores da sociedade. Porém, devemos aproveitar esses fatos de discriminação para realizar uma campanha contra o racismo”, sugere.

Nesse contexto, Cardoso cita a proximidade da Copa do Mundo como um fator relevante, a partir da possibilidade de estabelecer cooperações. “Nesse período, os anúncios publicitários tem como referência o futebol. Podemos aproveitar isso e mobilizar agentes parceiros, seja a indústria, comércio, órgãos governamentais”. O assessor ressaltou, ainda, que o âmbito das parcerias pode estender-se às redes sociais, torpedos enviados pelas organizações e demais meios de comunicação.

#### Copa sem Racismo

Em continuidade aos diálogos, a ministra Maria do Rosário deu destaque ao lema “Copa sem Racismo”, conforme orientação da presidenta Dilma Rousseff. “Se queremos enfrentar as práticas racistas no esporte, devemos combatê-las também em toda a sociedade brasileira”, afirmou a titular da SDH.

Para Rosário, as manifestações racistas nos estádios são consequência dos conceitos discriminatórios inseridos nas instituições e indivíduos. Dessa forma, ela ressaltou a importância de desconstruir as bases do racismo, que são “culturais, econômicas, sociais”.

Durante a audiência pública, a ministra anunciou que o governo federal vai promover campanhas antirracistas, com ênfase na internet. Segundo ela, este vem sendo o “campo do vale-tudo”, no qual são presenciadas incitações ao racismo e demais formas de preconceito.

#### Lei Geral da Copa

Citada pelos deputados Damião Feliciano (PDT-PB) e Afonso Hamm (PP-RS), a Lei Geral da Copa define as regras do Mundial e prevê acordos do poder público com a Federação Internacional de Futebol (Fifa), no que se refere à divulgação de campanhas de temas sociais, dentre os quais o combate ao racismo.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

---

#### Aplicabilidade da lei

Com referência à legislação, Ricardo Tolentino, destacou que o país possui leis suficientes, porém “falta dar efetividade a elas”. O representante da OAB chamou a atenção para as normas mais importantes, como a chamada Lei Caó (7.437/85), o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03) e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Na ocasião, Tolentino destacou a importância de identificar os torcedores que cometem atos racistas, com consequente responsabilização. Para o representante do Judiciário, as penas aplicadas devem ser rigorosas.

“Com o uso de imagens, teremos a condição de fazer a identificação e responsabilização dos autores”, concluiu, ao defender a necessidade de inserir câmeras em todos os estádios de futebol.

#### Campanhas estaduais

O representante da Federação Paulista de Futebol, Marcos Cabral, informou as ações realizadas pela entidade no combate ao racismo. Entre elas, a campanha “Racismo, aqui não!”, realizada desde 2006, que tem por objetivo “conscientizar atletas e torcedores de que a discriminação racial manifestada por atos ou palavras deve contar com o repúdio de todos que lutam por um país melhor”.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



## **Seppir cobra providências para crime contra Cláudia Silva Ferreira**

SÍTIO SEPPIR, 21.03.2014

*Ministra encaminhou ofício ao Ministério da Justiça, pedido rigor na apuração do crime e Ouvidoria enviou ofício a todas as instituições responsáveis pela investigação*

A denúncia da crueldade cometida contra Cláudia Silva Ferreira, 38 anos, chega aos registros da Seppir para engrossar uma estatística que é perversa, desumana e que exige ação, reação e prevenção. Nesse sentido, a ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), encaminhou ofício ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pedindo contribuição da pasta para que prevaleça o rigor da lei na apuração das responsabilidades pelo assassinato, inclusive no que se refere à proteção de testemunhas.

No documento, a ministra manifesta "preocupações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com a impunidade da maioria das agressões praticadas contra a população negra no Brasil e como esse quadro tem contribuído, pelo teor das muitas demandas que chegam à SEPPIR, para difundir um profundo sentimento de insegurança e desgaste às instâncias de governo".

Diz ainda, "O assassinato de Cláudia Silva Ferreira, no Rio de Janeiro, de grande repercussão midiática em razão das imagens que registraram seu corpo sendo arrastado por um carro da PM, preso ao porta-malas, provocou revolta e indignação e mobiliza as redes sociais, organizações de direitos humanos e entidades do movimento negro em todo o país".

Na mesma linha, como de praxe, a Ouvidoria Nacional da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) formalizou os procedimentos administrativos ao receber a denúncia quarta-feira (19/03). Ofícios foram enviados, pedindo medidas cabíveis, à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Corregedoria da Polícia Militar do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/ Superintendência do Rio de Janeiro.

A morte da carioca Cláudia Ferreira, que era provedora de quatro filhos e quatro sobrinhos, é mais uma iniquidade do racismo institucional; é mais um crime a se somar a tantos outros resultantes da violência policial; é mais um crime contra a população negra, e tem que ser considerado na luta pelo fim da impunidade dos crimes raciais no Brasil, onde metade das pessoas se declara negra ou parda, mas que saltam para 70,6% das 50 mil pessoas que foram assassinadas no país em 2010.

A estatística é perversa. De 2011 até fevereiro de 2014, a Ouvidoria Nacional da Seppir registrou e deu encaminhamento a um total de 1.494 denúncias de racismo que chegam de todo o Brasil: foram 656 (seiscentos e cinquenta e seis) em 2011, 413 (quatrocentos e treze) em 2012 e 425 (quatrocentos e vinte e cinco) no ano de 2013. Entre janeiro e fevereiro deste ano, 41.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

As denúncias podem ser feitas a Ouvidoria por qualquer cidadão pelo telefone (61) 2025-7000 ou pelo e-mail [ouvidoria@seppir.gov.br](mailto:ouvidoria@seppir.gov.br). A Seppir está fazendo licitação para implantar ainda este ano um serviço exclusivo e gratuito de Denúncias contra o Racismo.

### Combate ao racismo

Por isso tudo, as ações de combate ao racismo passam também pela prevenção à violência contra a juventude negra. Nessa perspectiva, a SEPPIR coordena o Plano Juventude Viva junto com a Secretaria Geral da Presidência da República. As ações são executadas em 132 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará, Espírito Santo e Distrito Federal, além das capitais, e conta com a parceria de onze ministérios.

São ações e programas pactuados com os ministérios no âmbito do Plano Plurianual (PPA), visando à ampliação dos serviços públicos oferecidos aos jovens, criando possibilidades de acesso por parte desse segmento a direitos, cidadania e inclusão social.

O programa tem quatro eixos: desconstrução da cultura de violência com ações voltadas para sensibilização da opinião pública sobre banalização da violência e a necessidade de valorização da vida da juventude e da garantia de seus direitos; Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos que traz programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, com o intuito de fomentar trajetórias saudáveis e oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo aos beneficiários; transformação de Territórios que busca contribuir para a ampliação da presença do poder público nos bairros mais afetados pelos altos índices de homicídios por meio da criação ou reconfiguração de espaços de convivência para a juventude e para toda a comunidade, e aperfeiçoamento institucional, reconhecendo que para mudar valores na sociedade em prol da valorização da vida da juventude é necessário um olhar cuidadoso para a atuação das instituições do Estado.

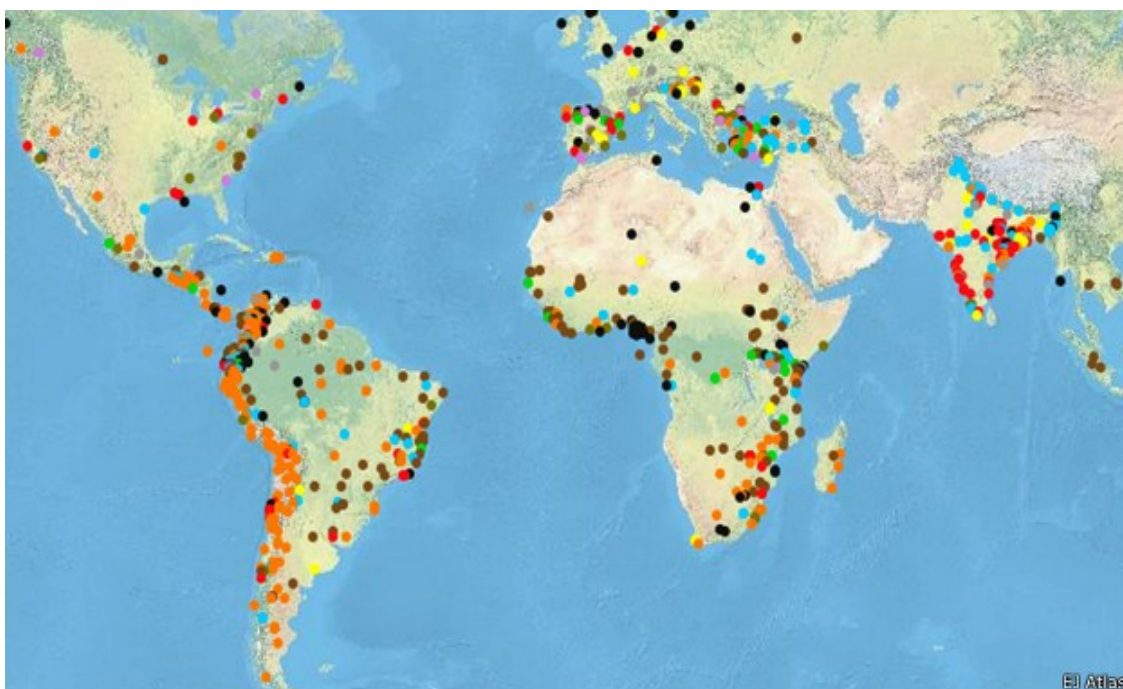
Segundo os dados de 2010 (ano referência para os trabalhos do Plano Juventude Viva), a população jovem (15 a 29 anos) das oito unidades da federação sugeridas equivale a 43% da população jovem total dos 132 municípios do Juventude Viva, o que caracteriza forte justificativa para a escolha destes estados na primeira fase de expansão do Plano.

Além disso, trata-se de estados que estão posicionados de forma prioritária no rol daqueles que apresentam as maiores taxas de homicídios de jovens negros. Os oito estados foram responsáveis em 2010 por aproximadamente 50% do total de ocorrências de mortes por agressão a jovens negros. O Juventude Viva deverá chegar ainda este ano aos estados do Rio Grande do Sul e Pará.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR

**Mapa inédito coloca o Brasil em 3º lugar em conflitos ambientais**

SÍTIO BBC BRASIL, 21.03.2014



Os pontos indicam, com cores diferentes, cada um dos tipos de conflitos relacionados ao meio ambiente

Em um projeto inédito, a Universidade Autônoma de Barcelona mapeou conflitos ambientais em todo mundo. No mapa, o Brasil aparece em terceiro lugar (ao lado da Nigéria) em número de disputas, enquanto a mineradora brasileira Vale ocupa a quinta posição no ranking de empresas envolvidas nessas questões.

O mapa (Clique veja aqui), uma plataforma interativa, é o resultado do trabalho de uma equipe internacional de especialistas coordenados pelos pesquisadores do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da universidade espanhola.

Entre os 58 conflitos ambientais em curso no Brasil há disputas agrárias como o caso de Lábrea, cidade no Amazonas próxima à fronteira com o Acre e Rondônia, onde agricultores são vítimas da ameaça de madeireiros e grileiros.

Há ainda diversos conflitos indígenas, disputas por recursos hídricos e por reservas minerais.

No caso da Vale, 14 das 15 disputas em que a empresa está envolvida ocorrem na América Latina, especialmente no Brasil, mas há casos também na Colômbia, no Peru e no Chile. O

CONT.



---

mapa cita ainda um conflito entre a mineradora e agricultores em Moçambique.

Segundo o artigo do pesquisador da Fiocruz Marcelo Firpo Porto mostrado na seção sobre o Brasil, apesar de o país ter passado por um processo de industrialização e não ser mais exclusivamente agrário, seu modelo de exportação "reproduz o padrão da América Latina e continua concentrado na exploração dos recursos naturais, com commodities crescendo em importância em relação a produtos manufaturados nos últimos anos".

"Conflitos ambientais no Brasil que aparecem no mapa do EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade, um projeto europeu de organizações de justiça ambiental) refletem esse modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro", afirma o pesquisador.

Porto afirma que vários conflitos estão associados à expansão da agricultura, mineração, hidroelétricas e exploração de petróleo em áreas de terras altas e no litoral - e destaca entre as áreas afetadas os territórios de comunidades tradicionais que, historicamente, viviam de forma sustentável.

"Essas populações continuam vivendo à margem do sistema político e sem políticas públicas que reconheçam e garantam sua subsistência e territórios. Conflitos de terras envolvem disputas entre setores econômicos e índios, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas (como o seringueiro assassinado Chico Mendes), pescadores artesanais e um grande número de comunidades rurais que tradicionalmente exploram coletivamente a terra e os recursos das florestas."

O pesquisador aponta que muitos conflitos também estão associados à construção de obras de infraestrutura e geração de energia, como estradas, ferrovias, oleodutos, complexos portuários, hidroelétricas e termelétricas, e até fazendas de energia eólica.

E na lista de conflitos ambientais no Brasil apontados no mapa do EJOLT estão empreendimentos como o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, da Petrobras, o complexo petroquímico de Itaboraí, no Rio de Janeiro, a usina hidroelétrica de Aimorés, a exploração de petróleo e gás em Coari, no Amazonas, entre outros.

Classes média e alta

O mapa foi apresentado na quarta-feira em Bruxelas, pela Delegação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O mapa mostra como os conflitos ecológicos estão aumentando em todo o mundo, devido a demanda por materiais e energia da população mundial de classe média e alta", afirmou Joan Martínez Alier, diretor do EJOLT.

"As comunidades mais impactadas por conflitos ecológicos são pobres, frequentemente indígenas e não têm poder político para ter acesso à justiça ambiental e aos sistemas de saúde", acrescentou.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

O mapa permite que os usuários localizem e visualizem conflitos por tipo de material (minerais, hidrocarbonetos, água ou resíduos nucleares), por companhias envolvidas e por países.

Na América Latina o maior número de casos documentados pelo mapa estão na Colômbia, com 72 casos, Brasil, com 58, Equador, 48 conflitos ambientais, Argentina, 32, Peru, 31, e Chile com 30 casos.

A iniciativa, que contou com a participação de 23 universidades e organizações de justiça ambiental de 18 países, tem vários objetivos. Entre eles, tornar mais acessível a informação e dar mais visibilidade a estes problemas.

Os criadores do projeto esperam que novas organizações civis e especialistas contribuam para preencher os espaços ainda vazios no mapa com mais pontos de conflito e informações.

Por enquanto, apesar de os milhares de conflitos assinalados ainda despertarem pessimismo, os responsáveis pelo mapa apontam para sinais positivos.

"O mapa mostra tendências preocupantes como a impunidade de companhias que cometem crimes ambientais ou a perseguição dos defensores do meio ambiente, mas também inspira esperança", disse Leah Temper, coordenadora do projeto. "Entre as muitas histórias de destruição ambiental e repressão política, também há casos de vitórias na justiça ambiental."

Temper afirma que este é o caso em 17% dos conflitos analisados: ações foram vencidas na justiça, projetos foram cancelados e bens foram devolvidos para algumas comunidades

**Telma Monteiro, especial para Combate: "Um depoimento sincero sobre os Tenharin e Jiahui"**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2014



Japi'i Tenharin (de camisa verde) e Moangathu Jiahui se dirigem à mesa, composta por Deborah Duprat, Telma Monteiro e Cleber Buzatto. Foto: FAOR

O foco midiático do caso Tenharin, em Humaitá, sempre foi as mortes dos três homens, atribuídas à vingança dos indígenas pela morte do cacique Ivan Tenharin. Questões a meu ver importantes, como informações sobre o cacique Ivan Tenharin, sobre o atropelamento ou sobre a cobrança do pedágio, foram omitidos. Resolvi, então, aproveitando a oportunidade, ouvir o relato de duas lideranças, uma Tenharin e outra Jiahui. Estávamos juntos no Simpósio Energia e Mineração em Terras e Rios dos Povos Originários, na UNB, em Brasília, quando perguntei se eles queriam falar a respeito. Eles concordaram e abriram seus corações.

Por Telma Monteiro, exclusivo para Combate Racismo Ambiental

Algo jamais mencionado nas notícias publicadas, mesmo em blogs sérios, diz respeito ao fato de o cacique Ivan Tenharin, um Cacique Patriarca Tradicional, ter morrido morreu um mês

CONT.



depois de ter colaborado com a Polícia Federal e o Ibama numa operação na Gleba B da TI Marmelos. Ele acompanhou a operação em fazendas que estavam extraindo madeira ilegal e foi visto pelos madeireiros. Isso não foi investigado, embora na região coisas como essa possam fazer toda uma diferença.

Essa e outras informações me foram dadas durante uma longa e franca conversa que tive com duas jovens lideranças, uma da etnia Tenharin, Angelisson Japi'i Tenharin, da Gleba A da TI Marmelos e com Moangathu Jiahui da terra indígena Jiahui, também cortada pela Transamazônica. Nos sentamos debaixo de uma árvore frondosa e a conversa fluiu sem que eu precisasse fazer muitas perguntas. Ambos estiveram presentes desde o atropelamento do cacique Ivan Tenharin até os momentos dramáticos que culminaram com a revolta contra os indígenas e contra o pedágio na Transamazônica, nos dias 25 e 27 de dezembro.

Moangathu Jiahui tem trinta anos. É líder geral do povo Jiahui, coordenador geral da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) e é acadêmico de engenharia ambiental. Um líder geral tem a função de coordenar as ações de todo o território. A terra Jiahui tem 98 indígenas. Angelisson Japi'i Tenharin, tem 24 anos e é secretário geral da OPIAM e abandonou os estudos. O território Tenharin tem uma população de 800 indígenas.

"A morte do cacique Ivan Tenharin não foi acidente", afirmaram os dois. "Não houve perícia". Quando Moangathu chegou ao local do atropelamento, o cacique ainda estava vivo e só depois de uma hora ele foi levado de ambulância para Humaitá. O hospital não tinha condições de realizar uma cirurgia intracraniana para tirar o coágulo que se formara. Então o cacique foi levado para Porto Velho, mas morreu 30 minutos depois de chegar lá, quando se preparava para a cirurgia.

Moangathu me contou que quando foi avisado do atropelamento se dirigiu imediatamente para o local onde já estava um Tenharin. Ele encontrou o cacique Ivan Tenharin numa posição arrumada, sem escoriações, deitado de costas, pés juntos e ao lado dele estava um pedaço de pau.

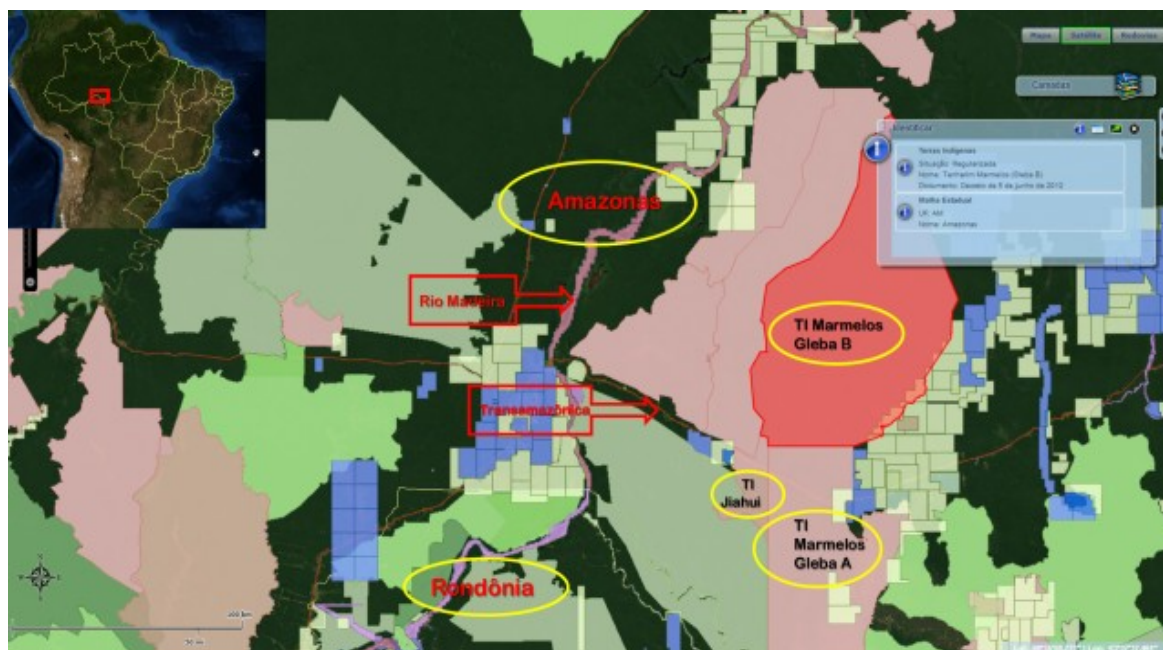
O curioso, me comentou, é que ele procurou o capacete e o encontrou escondido atrás de uma moita, cerca de seis metros do acidente. A moto não tinha um arranhão, a não ser o retrovisor quebrado. Mas não houve perícia e também esses os detalhes foram ignorados pela polícia.

Depois da morte do cacique Ivan Tenharin, os clãs e famílias, aproximadamente mil indígenas, tiveram uma conversa na aldeia. Trataram do sepultamento e da necessidade de esclarecimento dos fatos que levaram à morte. Estavam tristes e magoados e resolveram cobrar providências das autoridades.

A primeira medida foi ir à Humaitá, procurar a Funai. Não encontraram o servidor que estava respondendo pelo expediente. Em seguida pediram para a Polícia Federal investigar todas as dúvidas sobre o "acidente". Depois de mais de uma semana cobrando providências, nada aconteceu. Não houve qualquer manifestação da polícia civil ou da polícia militar. Foram 20 dias transcorridos sem investigação. As pistas se perderam.

CONT.

Cansados de esperar, os indígenas recorreram ao exército, 54º BIS ou 54º Batalhão de Infantaria de Selva, em Porto Velho.



Mapa das Terras Indígenas Tenharim (Glebas A e B) e Jiahui, editado por Telma Monteiro

## O pedágio

Havia ainda outras questões que ainda não estavam claras para mim. A cobrança do pedágio, por exemplo. Aproveitei a oportunidade para pedir que Moangathu Jiahui e Japi'i Tenharin contassem como se dava a cobrança do pedágio na Transamazônica e qual era o arranjo entre eles.

As grandes carretas pagavam R\$ 70, os caminhões R\$ 30, as caminhonetes R\$ 20, os veículos de passeio R\$15 e as motos R\$ 10. Mas, o mais interessante é a forma como se arrecadava e como os recursos eram distribuídos.

Os Tenharin e Jiahui formaram 36 grupos de sete famílias. Cada grupo de sete famílias se responsabilizava pelo pedágio durante quinze dias. Arrecadava em média R\$ 20 mil nesses quinze dias, que eram divididos entre as famílias do grupo, o que resultava em aproximadamente R\$ 2.800 por família. Cada grupo, portanto, só voltaria ao pedágio somente 18 meses depois.

Esse valor seria a grande "fortuna" que os indígenas arrecadavam com o pedágio, que eles chamam de compensação pelos problemas causados em suas terras e suas vidas, com a construção da Transamazônica. Cada família deveria viver com seus "magníficos" R\$ 2.800 durante um ano e meio.

CONT.

Para reforçar o orçamento, alguns indígenas têm emprego na aldeia, na escola, como agentes de saúde e ganham um salário mínimo. Houve um momento em que eles até assumiram participar, por breve período, da venda de madeira clandestina. Depois de tanto denunciar o corte ilegal em suas terras e não conseguirem que as autoridades tomassem as devidas providências, aderiram ao ilegal para chamar a atenção. A tentativa durou muito pouco, já que começaram a ser explorados e ameaçados pelos madeireiros. Mas a extração de madeira ilegal em seus territórios continua.



A sub procuradora geral de República, Deborah Duprat, assina o protocolo de recebimento da carta da OPIAM. Foto: Telma Monteiro

Aproveitando o Simpósio, as duas lideranças entregaram uma carta à subprocuradora geral da República, Deborah Duprat, em que manifestam, em nome de dez etnias da região do Município de Humaitá-Amazonas, seu desacordo com a construção da hidrelétrica Tabajara, no município de Ji-Paraná, em Rondônia. Leia a manifestação na íntegra, clicando [AQUI](#).



---

**Publicação da Terra de Direitos debate a agrobiodiversidade e a superação da produção capitalista no campo**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2014

O caderno “Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Direito dos Agricultores, Agricultoras, Povos e Comunidades Tradicionais”(para acessar, clique [aqui](#)). Lançado pela Terra de Direitos, está disponível para leitura na internet. A publicação é uma produção da assessora jurídica popular Katya Isaguirre e do coordenador da Terra de Direitos, Darci Frigo. As reflexões tratam da agrobiodiversidade, do impacto da concentração de bens naturais comuns no modelo capitalista de produção no campo e das soluções a esse padrão insustentável de produção agrícola.

A falsa imagem de que o agronegócio é o grande salvador da economia brasileira tem sido amplamente propagada nos últimos anos. No entanto, essa análise rasa esconde a pluralidade de agriculturas utilizadas no Brasil. São estas que de fato tornam os modos de produção agrícolas compatíveis com o respeito ao ecossistema.

O caderno traz argumentos que incentivam as políticas públicas de agricultura familiar para que seja criada uma nova ruralidade. Nesse aspecto, as agriculturas familiar e camponesa já mostraram resultados mais vantajosos à segurança alimentar do país que o agronegócio. No entanto, apesar de terem reconhecida importância na construção de uma política alimentar socialmente adequada, as restrições impostas aos agricultoras e agricultores nem sempre levam em conta o conhecimento e a experiência deles.

O avanço no uso de agroquímicos e das sementes transgênicas também é debatido na publicação. Nos últimos anos, a agricultura no Brasil se baseou em alternativas de exploração predatórias e precárias, que implicavam em riscos à natureza e priorizavam a produção de soja em detrimento de produção alimentar.

Algumas políticas públicas foram criadas pelo Governo Federal para incentivar a agroecologia e a produção orgânica de alimentos. O Planapo (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) são conquistas de agricultoras, agricultores e comunidades tradicionais que lhes proporcionaram mais qualidade de vida. No entanto, mesmo com essas políticas de incentivo, o sistema jurídico ainda reconhece as normativas que favorecem a manutenção dos riscos sociais e ambientais do modelo de produção vigente.

A entrada de grandes transnacionais e a expansão da produção de commodities na América Latina e, em especial, no Brasil é uma ameaça à soberania alimentar da população. Para que esses grandes negócios continuem em vigência, são criados discursos que opõem os agricultores, agricultoras e comunidades tradicionais ao crescimento econômico do país. O Caderno da Agrobiodiversidade desmente essa falácia e nos ajuda a compreender o melhor caminho para uma ruralidade comprometida com a saúde da população e da natureza.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



---

**Somos tod@s Cacique Babau. Entenda porque refletindo sobre trechos de sua fala...**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2014

Os Tupinambá expulsaram do território todos os que estavam ofendendo o meio-ambiente. Os que estavam pescando com venenos e acabando com a vida do rio, os que estavam incendiando a mata. A Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro conta com 663 alunos da aldeia e da região. Há 25 nascentes no território. Devido ao cuidado e ao reflorestamento por parte dos índios, o nível da água do rio subiu dois metros e meio. Se os rios secam, os peixes não se reproduzem. Os Tupinambá, reflorestando áreas degradadas, deixaram a serra intacta. Na serra a cadeia alimentar está completa. Há um equilíbrio, do qual a comunidade faz parte.

Os Tupinambá não gostam de ver as pessoas humilhadas. O governo queria autorizar apenas o atendimento de pacientes indígenas no posto de saúde. Significa que se qualquer pessoa não índia necessitasse de atendimento médico no território, não poderia ter acesso. Os tupinambás não se conformaram, lutaram e hoje qualquer pessoa pode ser atendida no posto de saúde. (...)

O Eucalipto não tem predador natural. Os desertos verdes são ambientes sem vida, sem água, sem natureza, sem o canto dos passarinhos. O eucalipto gera desequilíbrios ecológicos (pois a natureza é viva e tentará se adaptar àquele meio inóspito!), como grandes pragas, que chegam a afetar a produção agrícola das circunvizinhanças.

Violência não resolve, submissão não resolve. A luta também não pode depender de dinheiro, porque se falta dinheiro vamos desistir da luta? Negra Zeferina aprendeu a guerrear com os tupinambás. Sempre quando estava para ter uma guerra, se fazia muita farinha, para que ninguém passasse fome, mesmo que passassem por outras necessidades. Os índios não podem ficar dependendo de FUNAI para fazer as coisas. A FUNAI não funciona e é feita para não funcionar.

O povo tem que ter inserção nas questões públicas. Podemos fazer as coisas localmente. Aquilo que é bem feito localmente e funciona, reverbera em todos os lugares. Temos que ter uma renda compatível para bancar a luta. É melhor se bancar. Não podemos ficar dependendo de projeto.

Temos que revolucionar nosso querer, com garra e coragem. A força tem que ser canalizada. Temos que nos fortalecer e nos preparar para vencer. Temos que viabilizar uma forma de vida que não precise se vender, como uma espécie de corrupção. Se o movimento cuida dos seus, os seus não precisam pedir a outros, não precisam arrastar caneco e pedir esmolas.

A luta também não pode depender do ódio. Tomar raiva de outra pessoa é coisa ruim que se apossa de você. A luta não pode ser mantida pelo ódio, mas pelo amor.

CONT.

Na aldeia Tupinambá não há alcoolismo, os companheiros não batem em suas companheiras (violência doméstica) e pouquíssimos fumam, nós resolvemos nossos próprios problemas, a partir da orientação dos encantados. Dissemos às igrejas evangélicas que quiseram subir a Serra do Padeiro: levem o culto para onde se precisa de Deus. Aqui nós temos Deus, temos nossa proteção, temos nossos encantados. A fé une o povo.

Precisamos confiar mais uns nos outros. A lógica imposta é de dividir para governar. Colocar movimento contra movimento, povo contra povo. Lutar por terra é lutar por poder. Não existe liberdade sem terra. Precisamos traçar uma aliança pela terra. Terra não se ganha, terra se conquista! Lutar é lutar, não é esperar que alguém seja sorteado. No futuro, devemos fazer ações com mais radicalidade e compreensão.

\*\*\*

[Transcrição da fala do Cacique Babau na tarde do dia 14 de Março de 2014. Colaboração Camila Antero/NEPPA ]

-

E eu contribuo com esta foto abaixo, onde Babau aparece levando o apoio dos Tupinambá aos Munduruku, no canteiro de obras de Belo Monte. TP.



Cacique Babau: da Bahia, a solidariedade Tupinambá em Belo Monte. Foto roubada de Ruy Sposati



---

**MA – Incra reconhece área quilombola do Charco, município de São Vicente de Ferrer**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2014

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 20, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o inciso XV, do art. 110, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/No 69, de 19 de outubro de 2006, e

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº 20/2003, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos de Charco, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço nº INCRA/SR-12/G/Nº25/2011, de 29 de março de 2011;

Considerando os termos da Ata nº 05/2012, da Reunião do Comitê de Decisão Regional – CDR, da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Maranhão que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-12/MA nº 54230.004050/2009-28, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Charco a área de 1.345,2751 ha (hum mil, trezentos e quarenta e cinco hectares, vinte e sete ares e cinquenta e um centiares), situada no Município de São Vicente de Férrer, no Estado do Maranhão, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



---

**Comin lança Dicionário Apurinã-Português, organizado por Ana Patrícia (Patira) Ferreira**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2014

Por Ana Patrícia Ferreira

O COMIN -Assessoria Acre/sul do Amazonas tem atuado juntamente com o povo Apurinã no processo de revitalização da língua, através da formação dos professores da etnia, com Oficinas Linguístico -Pedagógicas e Oficinas de Cestaria e de Cerâmica Tradicional Apurinã, que aconteceram em 2011, 2012 e 2013, nos municípios de Boca do Acre e Pauini. Na medida em que os professores Apurinã são conhecedores da sua cultura e língua originária, o processo de alfabetização de suas crianças na língua materna se torna muito mais fácil, garantindo assim a manutenção do idioma para as gerações futuras.

Os resultados alcançados até o momento mostram que para os Apurinã uma das formas mais eficazes de fortalecimento da língua materna é por meio da escola. Os professores são agentes mediadores e dinamizadores que articulam a tradição oral, representada pelos falantes tradicionais, com a incorporação de um produto cultural da sociedade dominante – a escrita. Nesse processo, busca-se construir na e pela escola um outro espaço de uso da língua e, ainda que de forma tímida, esse esforço coletivo junto às comunidades tem como protagonistas seus próprios falantes. Eles são os detentores de uma tradição oral e, com a ajuda de linguistas e de professores Apurinã, dão vida à língua, agora através do seu registro escrito.

Espero que este dicionário ajude ao povo Apurinã na sua luta por ser reconhecido como um povo indígena com uma rica cultura e ser respeitado nas suas diferenças culturais. Espero também que este dicionário ajude aos não indígenas a conhecer melhor o povo Apurinã e a beleza de sua língua.

\*Pedagoga e Linguista do COMIN – Assessoria Acre Sul do Amazonas

**Rio Madeira ultrapassa 19,40 m, cota prevista para abril pela Defesa Civil**  
SÍTIO G1/RO, 22.03.2014

*Nível do rio aumentou 31 centímetros em uma semana.  
Neste sábado (22) nível registrado pela ANA foi de 19,46 metros.*



O Rio Madeira atingiu neste sábado (22) a cota de 19,46 metros, segundo a aferição da Agência Nacional de Águas (ANA). A Defesa Civil Estadual estimava, há uma semana, que o rio alcançaria a média de 19,40 metros somente no dia 2 de abril. Na ocasião, o Madeira tinha o nível em 19,15 metros. Em sete dias, houve um aumento de 31 centímetros. Já são mais de 2,5 mil famílias desabrigadas pela enchente em Rondônia.

O nível do Rio Madeira já bateu o recorde histórico de 17,52 metros - de 17 anos atrás - e, apesar de a Defesa Civil afirmar que havia uma tendência de estabilização, o nível continua subindo. O órgão não sabe dizer quando ou se as famílias desabrigadas poderão retornar às suas casas. Oficialmente nenhuma morte relacionada à cheia foi confirmada.

Por causa desse aumento no nível das águas, os caminhões que precisam fazer a travessia de Rondônia até o Acre serão transportados, num trecho de 20 quilômetros, por balsa. A BR-364, única via de acesso ao estado vizinho, tem mais de 1,40 metro de água sobre a pista, fazendo com que motoristas fiquem ilhados esperando por socorro.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

Em Porto Velho, 23 ruas já foram interditadas pela Secretaria Municipal de Trânsito (Sentram). Muitas vias tiveram o sentido alterado. Entre elas, a Avenida Campos Sales que recebia grande fluxo de motoristas que saíam da Zona Sul em direção à região central da capital.

Na quinta-feira (20), o Ministério da Previdência Social autorizou o INSS a adiantar o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aos atingidos pela cheia histórica do Rio Madeira, em Porto Velho. O município decretou estado de calamidade pública no dia 27 de fevereiro, sendo reconhecido pelo governo federal na segunda-feira (17).



---

**Indígenas Yanomami participam pela primeira vez de seção eleitoral em RR**

SÍTIO G1, 22.03.2014

*Serviço possibilita que a população exerça a cidadania e inclusão política.  
Seções compreendem os municípios de Amajari, Uiramutã e Normandia.*

A dificuldade de acesso às áreas indígenas de Roraima motivaram tuxauas Yanomami a solicitarem ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), a criação de locais de votação nesta região, o que foi atendido. Para o presidente em exercício do TRE-RR, desembargador Mauro Campello, isso é um marco na história da Justiça Eleitoral do estado.

"Essa é uma oportunidade ímpar de inclusão do povo indígena em todo processo eleitoral, pois a dificuldade que eles têm para se dirigir à urna é muito grande devido à geografia. Alguns andam em torno de dois e até três dias para conseguir votar. Com uma seção eleitoral mais próxima, eles poderão exercer a sua cidadania com mais facilidade", disse.

O coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Roraima, André Vasconcelos afirmou que a iniciativa vem proporcionar mais comodidade aos eleitores indígenas. "Com toda certeza, a instalação de novas seções eleitorais nas regiões que compreendem os municípios de Amajari, Uiramutã e Normandia e, principalmente, na área indígena Yanomami, irá facilitar o acesso dos índios à urna eletrônica", ressaltou.

#### Seções eleitorais

Ao todo, existem 1.062 seções distribuídas em oito zonas eleitorais. Com exceção das 1ª e 5ª zonas, localizadas em Boa Vista, todas as outras atendem os eleitores do interior. A criação de novas seções irá firmar o compromisso do TRE-RR em disponibilizar todos os serviços da Justiça Eleitoral aos locais mais distantes do Estado, possibilitando que a população possa exercer de fato a sua cidadania e inclusão política.

## Os Camargos: Família se espalhou e terras foram invadidas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2014



Luta pela recuperação territorial e de direitos teve início há cerca de 100 anos, com um dos netos de José Joaquim de Camargo

Por Daniela Jacinto, em Cruzeiro do Sul

“Somos os verdadeiros donos destas terras”, desabafa João Fernandes, vice-presidente da Associação Remanescentes de Quilombo José Joaquim de Camargo – Núcleo Votorantim. A vontade maior dos descendentes de José Joaquim de Camargo é serem incluídos na história das cidades da região, onde seu familiar adquiriu as terras. “Nós temos história, que é de 1874 para trás”, afirma. A contribuição dos bandeirantes, dos tropeiros para a formação das cidades é sempre lembrada, mas a dos negros não, o que desagrada muito a comunidade, que quer ser reconhecida como contribuidora da história e que sejam relatadas as suas ações na sociedade.

João Fernandes lembra que José Joaquim de Camargo, seu tataravô, era negro e escravo. “Ele foi braço direito do capitão Jesuíno de Cerqueira Cezar”, relata.



Como tinha algumas economias resultantes de seu trabalho, José Joaquim pôde comprar as terras, que eram ricas em minério. A primeira coisa que ele fez foi construir uma capela onde hoje é o bairro Itinga, a capela existe ainda nos dias atuais e é conhecida como Capela do Itinga. As terras onde hoje está esse bairro eram usadas para plantar arroz.

José Joaquim foi casado por duas vezes e teve sete filhos. Casou primeiro com Benedita Maria Nogueira, da Fazenda dos Pretos, com quem teve seis filhos. Anos depois realizou o segundo casamento com Delfina Leme do Espírito Santo, com quem teve um filho. Delfina era sobrinha do prefeito de Salto de Pirapora, Agenor Leme dos Santos.

A família se espalhou, as terras foram invadidas e a luta pela recuperação territorial e de direitos teve início há cerca de 100 anos, com um dos netos de José Joaquim, João Batista de Camargo, pai de Luiz Carlos Batista de Camargo, que desde os 14 anos de idade acompanha seu pai nessa verdadeira batalha. Luiz hoje está com 56 anos, são portanto 42 anos de visitas a terras, que ele diz conhecer muito bem. "Conheço toda a área ponto por ponto, sei inclusive como começaram as invasões", afirma ele, que é presidente da Associação Remanescentes de Quilombo do bairro do Itinga – Núcleo Sorocaba. Aqui na cidade, Luiz afirma que 27 famílias são quilombolas. "O bairro Inhayba pertence à gente também. Poucos sabem, mas lá tem um cemitério de escravos datado de 1730", revela.

Mesmo com a certidão de compra das terras deixada por José Joaquim, a comunidade quilombola está com dificuldade em ser reconhecida como tal. Primeiro a documentação ficou parada durante oito anos na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Quando a responsabilidade passou para o Incra, em 2003, Os Camargo esperavam ter o problema solucionado de forma mais rápida, no entanto ainda aguardam a regularização de sua situação. "Só falta a demarcação, dizem que não tem verba, mas para fazer coisas da Copa eles têm, custa R\$ 60 mil para fazer essa demarcação, mas não fazem. Nossa surra hoje é a caneta", diz João Fernandes.

As lutas pelas terras são feitas de forma organizada e as responsabilidades divididas em três associações: a de Votorantim, Sorocaba e Salto de Pirapora. Eles sabem que a maioria das terras hoje está ocupada e que será impossível reaver essas áreas, mas querem o direito dos impostos recolhidos pelos municípios ou as respectivas indenizações.

1.281 processos em andamento no Incra

Em todo o Brasil, o Incra possui 1.281 processos de regularização de territórios quilombolas em andamento. Até o momento, foram publicados 160 editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), totalizando 1.651.425,5375 hectares em benefício de 21.758 famílias. Quinze deles foram publicados em 2012 e 2013. Outros 215 RTIDs estão em elaboração no Incra. O RTID é um documento essencial para a regularização das terras e é composto por relatório antropológico, relatório agroambiental, cadastro das famílias, levantamento fundiário da região, planta e memorial descritivo do território. (Fonte: Incra)



---

**Os Camargos: Remanescentes de quilombos vivem em estado de pobreza extrema**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2014

Por Daniela Jacinto, em Cruzeiro do Sul

No bairro Votocel, separadas da população ali residente por um matagal, moram 15 famílias remanescentes de quilombos. A situação é de pobreza extrema e os descendentes do escravo José Joaquim de Camargo vivem ali em um aglomerado de barracos, sem direito à água e luz elétrica, que alguns possuem devido a "gatos". "Algumas famílias fizeram a instalação de modo irregular porque estamos cansados de pedir e termos esses benefícios negados, apesar do programa Luz Para Todos, do governo, essa luz não chega pra nós", diz Rosana Vieira Noronha, responsável pela comunidade. Rosana é casada com o irmão de João, tataraneto de José Joaquim.

Rosana consegue sustentar os quatro filhos, uma sobrinha e um irmão vendendo frutas como abacate e banana e ainda catando material para reciclagem. "A igreja também nos ajuda", conta ela, que já tentou desenvolver um projeto de pesca, mas não conseguiu. "Aqui nada acontece. Estamos esquecidos e ainda separados das pessoas pelo matagal."

A maioria dos moradores daquele local se reconhece como quilombola, afirma Rosana. "Mas a gente não tem cultura preservada. Nossa atividade é limpar quintal, catar lixo para reciclagem. A gente não tem estrutura, queríamos um barracão para desenvolver um projeto de geração de renda, artesanato...", diz.

João recorda que seu pai, que morava ali e criou os filhos naquele local, fazia balaio com bambu e paçoca no pilão. "Infelizmente enterraram tudo da nossa tradição", lamenta João.

Ele lembra que desde 1979 ia com o irmão pegar documentos na Cúria Diocesana de Sorocaba. "A gente ia para Piedade, Sarapuí, percorríamos os cartórios. Agora se tivermos o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) nas mãos, as coisas começam a fluir", diz.

Ainda de acordo com João, muitas informações foram obtidas com a ajuda do pesquisador Sílvio Vieira de Andrade Filho, autor do livro *Um Estudo Sociolinguístico das Comunidades Negras do Cafundó, do Antigo Caxambu e de seus Arredores*. "Ele inclusive tem documentos que não temos e foi com o Sílvio que obtivemos informações da nossa árvore genealógica", comenta João.

A maior mágoa da comunidade é não ter o reconhecimento histórico e ser proprietária de terras que estão invadidas. "A gente aqui é rico e vive como pobre", reclama Rosana, que lembra que tem 16 pedreiras instaladas nas terras dos Camargo.

A responsável pelo quilombo do Votocel afirma que o povo ali está cansado de sofrer. "Entra ano, sai ano são só promessas. A gente aqui sofre discriminação e por isso consegue nem

CONT.



emprego, vivemos de sobras”, diz ela. Com o que Rosana e os outros moradores mais se preocupam é com a falta de iluminação nas ruas, o que torna o local perigoso para as crianças e principalmente para os adolescentes que estudam à noite. “Meu filho chega depois das 23h... Além da falta de iluminação, nós abrimos um caminho no meio do mato para as crianças terem acesso mais fácil para irem à escola. Os políticos vêm aqui só em época de eleição, pedir voto e fazer promessas. A gente pediu tanta coisa, mas nunca conseguimos nada, nem mesmo temos vagas garantidas em creches”, diz.

O local, por ficar próximo a um matagal, está cheio de cobra, escorpião e caramujos. As crianças, conta Rosana, vivem picadas por carrapatos. “Quando conquistarmos o reconhecimento e tivermos o RTID, o que a gente quer primeiro é que a comunidade seja atendida pelos órgãos responsáveis. Enquanto não tivermos o RTDI nas mãos, as políticas públicas não chegarão a nós”, dizem Rosana, o cunhado João e os primos Luiz e Edson (também tataraneto de José Joaquim de Camargo).

Como é feito o reconhecimento

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em 12 de março de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. O PBQ abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução.

É a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição.

Com base na Instrução Normativa 57, do Incra, de 20 de outubro de 2009, as comunidades interessadas devem encaminhar à Superintendência Regional do Incra do seu Estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios. Após sair a documentação, a fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

**Os Camargos: Quilombolas aguardam pela delimitação de território para serem reconhecidos**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2014



Documentação permitirá aos descendentes de José Joaquim de Camargo serem incluídos nas políticas públicas nacionais

Por Daniela Jacinto, em Cruzeiro do Sul

A comunidade remanescente do quilombo Os Camargo aguarda há 14 anos por uma documentação que permitirá aos descendentes de José Joaquim de Camargo serem incluídos nas políticas públicas nacionais. Nos processos que envolvem reconhecimento de comunidades quilombolas, existem seis peças técnicas para a conclusão de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que podem ocorrer concomitantemente. Os Camargo afirmam já ter conseguido a maior parte dos documentos e que a única coisa que falta para garantir seus direitos é a delimitação do território. "Mas agora está parado no Incra", reclamam João Fernandes e os primos Edson Correa e Luiz Carlos Batista de Camargo. A comunidade reivindica a posse de parte de terras em Sorocaba, Votorantim, Salto de Pirapora, Piedade, Sarapuí e Araçoiaba da Serra, num total de 84 mil alqueires de extensão.

Em Votorantim, entre as áreas que pertencem aos descendentes de José Joaquim de Camargo está o bairro Votocel, onde até os dias atuais vive ali uma comunidade quilombola. Outros

CONT.



familiares moram um pouco mais afastados, na estrada que dá acesso a Piedade. Em Sorocaba, a área que pertence aos Camargo compreende o local onde estão instaladas a UFSCar e a Universidade do Cavalo.

Os descendentes possuem uma escritura datada de 2 de novembro de 1874 comprovando que José Joaquim de Camargo comprou aquelas terras do capitão Jesuíno de Cerqueira Cezar ao preço de 400 mil réis. A escritura descreve a área adquirida, porém o faz por córregos e cachoeiras.

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a documentação ainda não foi emitida porque até o momento, as informações prestadas pela comunidade Os Camargo são insuficientes para se delimitar o território quilombola, tanto no que se refere à ocupação histórica quanto à área que está sendo reivindicada.

O Incra afirma que tem buscado, por meio de reuniões e conversas com a comunidade, levantar esses dados para dar continuidade ao processo de reconhecimento da área, mas depende das informações da comunidade (autodeterminação). Uma nova reunião com o grupo deve ocorrer em breve com a finalidade de resolver a questão. A data não foi divulgada.

Preocupada com a demora dos documentos, a comunidade Os Camargo se reuniu com o deputado Hamilton Pereira (PT) no começo do ano para pedir ajuda com relação à agilidade desse processo. O deputado afirma que assumiu o papel de intermediário nos entraves burocráticos, tentando acelerar o processo. No início de março, o parlamentar esteve no Incra, em São Paulo, para tratar do assunto e a informação é que, pela complexidade do caso, será realizado um fórum ampliado com as comunidades da região e os órgãos nacionais, como o Incra, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Fundação Palmares, entre outras entidades que possuem relação com o tema. Ainda não há uma data, mas foi sinalizado que possa ocorrer entre o final de abril e início de maio deste ano. Assim que for definida a data, o deputado se comprometeu a ajudar na articulação do local.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

## **Roraima – Curso para Técnicos de Enfermagem Indígenas começa no segundo semestre de 2014**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2014



## **CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA**

O projeto deste curso para Técnicos de Enfermagem Indígenas foi elaborado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) em 2007, com a participação de enfermeiras, pedagogas e profissionais de saúde que atuavam no convênio de saúde implementado pelo CIR em parceria com a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). O projeto e o orçamento para o curso foram aprovados na época pelo Conselho Distrital de Saúde (CONDISI), Escola Técnica de Saúde do SUS (ETSUS), Ministério da Educação (MEC) e Conselho Estadual de Saúde, mas com o fim do convênio ficou parado por falta de interesse da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que assumiu a gestão da saúde indígena no estado e no país. Foi aprovado também na mesma época o curso para Técnicos de Higiene Dental Indígenas, também elaborado pelo CIR, e que até hoje não foi operacionalizado pela SESAI ou ETSUS.

A ideia inicial aprovada pelas lideranças indígenas era usar como sede do curso o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), localizado na etnorregião do Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e as dependências da Casa de Cura, pertencente à Diocese de Roraima e localizada em Boa Vista, pois alguns módulos precisam ser feitos nos hospitais da cidade. O curso deveria dar prioridade aos 374 Agentes Indígenas de Saúde formados pelo CIR e certificados pela própria ETSUS no ano de 2007, tendo como critérios as indicações dos conselhos locais de saúde, de acordo com uma distribuição geográfica que contemple todas as etnorregiões do estado.

O anúncio pela Secretaria Estadual de Saúde sobre a previsão de início do curso no segundo semestre de 2014 é uma boa notícia para os povos indígenas de Roraima, que há muito tempo reivindicam e participam das políticas de capacitação de profissionais indígenas em todos os níveis no estado. Espera-se que os responsáveis pelo curso garantam o controle social e a gestão participativa dos povos indígenas, como assegurado na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, na Constituição Federal, na Convenção 169 da OIT, e na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, da qual o Brasil é signatário.

A notícia na imprensa local:

Aberto seletivo para professores do Curso Técnico em Enfermagem para Indígenas

Folha de Boa Vista, 20/03/2014

CONT.



A contratação de dez docentes temporários qualificará 35 indígenas em técnicos de enfermagem.

Trinta e cinco indígenas vão participar, pela primeira vez, de curso Técnico em Enfermagem para Indígenas. A iniciativa partiu deles, mas será realizado pela Escola Técnica de Saúde em Roraima (ETSUS). As inscrições para contratação temporária de docentes para ministrar as aulas iniciaram já estão abertas e vão até 11 de abril.

São 10 vagas que devem ser preenchidas por profissionais graduados na área de saúde, educação e enfermagem, com experiência na área indígena de, no mínimo, um ano. O edital e demais anexos para consulta, informações e impressão podem ser acessados no endereço eletrônico da Sesau ([www.saude.rr.gov.br](http://www.saude.rr.gov.br)). O candidato deve comparecer à ETSUS munido dos documentos necessários, em horário comercial.

Segundo a técnica da Escola, Taynah Barbosa, as aulas – previstas para o segundo semestre, vão acontecer na comunidade da Malacacheta, região do Cantá. “Os 35 indígenas indicados pelos ‘parentes’ atendem tanto o DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) Leste quanto o DSEI Yanomami”, ressaltou.

O funcionamento das aulas será em duas etapas, divididas em 10 blocos que terão 820 horas/aulas, sendo 560 teórica e 260 prática. O docente receberá R\$ 35,00 por hora/aula e ajuda de custo de R\$ 60,00 por dia para deslocamento e alimentação.

Conforme Tainah, o seletivo acontecerá em duas fases: curricular e avaliação didática. Mas ambas são eliminatória e classificatória. “O candidato poderá concorrer, somente, a um único bloco de unidades temáticas. Cada bloco possui diferentes temas ligados a saúde”, comentou.

Ela explicou ainda que a análise vai favorecer o profissional docente que tenha capacidade de exercer a docência com desenvoltura, domínio de conteúdo, clareza e coerência de ideias, boa expressão verbal e corporal. “Na avaliação didática, o candidato deverá ministrar uma aula para uma banca de avaliadores, em um dos assuntos pretendidos”, informou.

O julgamento dos candidatos será feito por uma Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, composta por três membros da Etsus e mais dois dos DSEIs, sendo um do Leste e outro do Yanomami.

De acordo com Tainah, dos inscritos no curso técnico, há vários indígenas que atuam na saúde, muito deles como agentes de saúde. “A qualificação vai aprimorar os conhecimentos já adquiridos. Outro fator importante é o reconhecimento do próprio povo e dos não-índios”, disse ela.

A primeira fase, a análise curricular está agendada para ocorrer entre os dias 22 e 30 de abril. Os candidatos poderão interpor recurso no prazo de dois dias úteis, após a publicação preliminar do resultado.

Fonte: SESAU (Secretaria Estadual de Saúde)



---

**Manifesto dos povos da floresta do Vale do Juruá: "O petróleo é nosso"! Deixem-no na terra! Fora da Amazônia, petroleiras!**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2014

No blog Lindomar Padilha

Nós, povos da floresta do Vale do Juruá, reunidos no Seminário "Petróleo, você compra a natureza é quem paga: Vale do Juruá, construindo alternativas", organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e realizado de 19 a 21 de março de 2014, viemos manifestar nossa prioridade de defender a todo custo a vida, estando portanto preocupados com a exploração de petróleo e gás na nossa região, bem como com a implementação de projetos de pagamentos por serviços ambientais, a exemplo do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal).

Depois de debatermos e trocarmos experiências e opiniões não apenas entre os povos da floresta, mas com universitários, estudantes de Ensino Médio e representantes de movimentos sociais localizados na cidade, pudemos perceber que, ao contrário do que nos tem sido passado, o chamado 'desenvolvimento sustentável' tem contribuído significativamente para a degradação não apenas do meio em que vivemos, como dos nossos modos de vida, excluindo-nos de participação efetiva nesses processos. Os "Plano (s) de Manejo Florestal Sustentável" nos servem como claro exemplo da falência deste conceito, ao reprimir e criminalizar os povos da floresta, enquanto de fato barganham seus meios de subsistência, pois entrega os bens naturais para consumo das sociedades industrializadas, em troca do lucro de poucos empresários.

É preciso compreender que serviços básicos de assistência aos povos da floresta são de inteira responsabilidade do Estado, tal como garante nossa legislação. Estes serviços nos estão sendo oferecidos como moeda de troca por tais projetos. Representantes do governo e instituições privadas condicionam a realização daquilo que já é do nosso direito à nossa aceitação de tais projetos.

Após tomarmos conhecimento das consequências desastrosas e irresponsáveis da exploração petroleira em outros lugares da Amazônia, como Bolívia, Peru e Equador (Parque Nacional Yasuni), entendemos que a vida na floresta está iminentemente ameaçada nos seus alicerces, uma vez que o risco mais evidente é a contaminação das nossas nascentes, o que afetaria drasticamente a vida de todos os seres não apenas da região amazônica, mas de todo o mundo.

É evidente que a riqueza da floresta não apenas foi preservada, mas foi produto de uma coevolução com os povos que originalmente nela habitaram. Até muito pouco tempo, éramos autossuficientes e não necessitávamos da produção capitalista. Hoje, pouco nos beneficiamos dos artigos oriundos deste modo de produção. Ao contrário, somos vítimas de discursos que nos desqualificam enquanto aqueles que cuidam do próprio espaço: ou significamos entraves

CONT.



para o progresso (no caso da exploração petroleira) ou nos tornamos possíveis destruidores da biodiversidade vendida como mercadoria (no caso do REDD). Os discursos ignoram completamente nosso modo de vida, porque trazem um modelo sabidamente fracassado de progresso, que beneficia grupos cada vez menores, detentores do grande capital e porque numa lógica inversa, mas igualmente perversa, se arrogam de especialistas da biodiversidade, minando nossos saberes e vivência, ao impor um modelo trazido pronto.

Tendo por base os parágrafos 6 e 7 da Convenção 169 da OIT, que confere aos povos indígenas e tribais a consulta, "mediante procedimentos apropriados" e "o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural", consideramos ilegítima a implementação de obras que viabilizarão a exploração do petróleo no Vale do Juruá, assim como a criação da Lei 2308, de 22 de outubro de 2010, que cria o Sistema Estadual de Incentivos por Serviços Ambientais (Lei SISA). Tivemos nossos direitos violados e exigimos revisão imediata desse processo, pois o que se chama de consulta, não atendeu aos critérios estabelecidos pela mencionada Convenção.

Queremos ainda reiterar o posicionamento presente na Carta do Acre, de 11 de outubro de 2011 e a Carta da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA, que, tal como nosso manifesto, rechaçam o modelo desenvolvimentista com suas falsas soluções da Economia Verde.

Dado que nossas lutas históricas foram as únicas responsáveis pelas conquistas que tivemos até hoje, nós, os povos da floresta, nos comprometemos a firmar aliança coletiva, para o enfrentamento deste modelo de morte, que vem invadindo nossos espaços de vida.

Desta forma, nos posicionamos veementemente contra a exploração petroleira tanto no Vale do Juruá, quanto em toda a Pan Amazônia, por entendermos que os grupos afetados não estão restritos à floresta, mas aos núcleos urbanos e todas as áreas presentes nas proximidades deste ecossistema. Queremos convocar toda a sociedade do Vale do Juruá, que certamente será afetada por uma exploração que apenas retirará nossas riquezas e trará transformação daquilo que temos de mais precioso: o nosso modo de vida ainda bastante diverso dos grandes centros insustentáveis.

#### Participantes:

Lideranças dos povos Apolima-Arara do Amônia; Ashaninka do Breu; Huni kuin do Breu, do Jordão e do Envira; Nawa e Nukini do Môa; Shawandawa do Cruzeiro do Vale; Katukina; Jaminawa Arara do Bagé e Igarapé Preto; Jaminawa do Bagé; Apurinã do Purus-AM; Marubo do Ituí-AM; Ribeirinhos do Val-Paraíso; CIMI; Diocese de Cruzeiro do Sul; CPT de Cruzeiro do Sul; estudantes universitários e secundaristas, professores; agentes de pastorais; jornalistas e membros da sociedade civil organizada.

Cruzeiro do Sul, 21 de Março de 2014.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ana Patira Ferreira.



---

**Descendentes de escravo mostram como era feito o Caminho dos Negros**

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 23.03.2014

*Escritura datada de 1874 e guardada na Cúria Diocesana comprova a posse das terras*

Daniela Jacinto  
daniela.jacinto@jcruzeiro.com.br

Percorrido a pé, de carroça, a cavalo ou carro de boi pelos escravos, pelos alforriados e, mais tarde, os libertos pela Lei Áurea, o percurso feito pelos negros em Sorocaba e região, principalmente pelos parentes de José Joaquim de Camargo, está sendo traçado pela família como forma de resgatar a história de seu povo e também delimitar seu território. A ideia é que o Caminho dos Negros, futuramente, transforme-se em um roteiro turístico-cultural, para perpetuar esse registro.

O Caminho dos Negros parte de Sorocaba, passa por Araçoiaba da Serra, segue até Sarapuí, passa por Salto de Pirapora, Piedade e termina em Votorantim, na divisa com Sorocaba. E poderá contar com o apoio da Fundação Cultural Palmares. "Soube que a comunidade está desenvolvendo esse projeto. É algo que está em formulação, mas assim que eu receber a proposta pretendo encaminhar para Brasília, onde é a sede da Fundação, para que lá tenham conhecimento e analisem a possibilidade de parceria. Pode ser oferecido apoio inclusive de recursos", disse o chefe da representação regional da Fundação Cultural Palmares de São Paulo, Michel Yakini.

Yakini informou que já está marcada uma reunião com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para abril, para tratar das questões do quilombo Os Camargo, como são conhecidos os descendentes de José Joaquim de Camargo. "Iremos ajudar nesse diálogo. A única pendência é a titulação junto ao Incra, se for possível em breve a gente terá boas notícias".

Conforme registrou a reportagem publicada no domingo passado, dia 16 de março, pelo Cruzeiro do Sul, a comunidade remanescente de quilombo Os Camargo aguarda há 14 anos por uma documentação que permitirá aos descendentes do ex-escravo serem incluídos nas políticas públicas nacionais. Trata-se do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), emitido pelo Incra, e que garante à família os seus direitos. Para ter em mãos esse documento, Os Camargo já passaram por uma série de etapas e agora estão na dependência de que o órgão realize a delimitação de seu território.

Histórias sobre terras, esconderijo e padres

Desde menino ele ouvia seu avô falar sobre terras e esconderijo de escritura, quase como se fosse uma lenda. Pelo menos para ele era assim pois duvidava de seu avô e desconfiava

CONT.



inclusive que ele estivesse caducando. Afinal, como é que um negro que tinha sido escravo poderia ser dono de terras? E se eles eram donos de terras, como é que estavam pobres? Esse assunto ficou na cabeça de Edson Correa durante anos, até que um dia resolveu comentar com uma estudante de Direito sobre esses relatos de seu avô. O fato que não se encaixava na cabeça de Edson era essa tal escritura estar no "cartório dos padres", como falava seu avô. A estudante logo concluiu que tratava-se da Cúria Diocesana. E lá estava o documento: uma escritura datada de 2 de novembro de 1874 comprovando que José Joaquim de Camargo (tataravô de Edson) havia comprado terras do capitão Jesuíno de Cerqueira Cezar ao preço de 400 mil réis. A escritura descreve a área adquirida, porém o faz por córregos e cachoeiras.

Como ele teria comprado? Edson explica que seu tataravô era um escravo alforriado, por isso recebia um pagamento por seus serviços. Esse dinheiro ele guardou e comprou as terras, que naquela época não eram muito caras. "Acontece que a família foi orientada a guardar o documento porque correria o risco de perder a posse das terras. Imagina se não iriam tirar das mãos dos negros, como realmente aconteceu. Então esse documento foi mantido em local seguro, pois um dia iria ficar para os descendentes", explica Edson, que começou a entender melhor sua própria história quando encontrou o documento e teve contato com outros parentes, histórias que foram juntadas e por fim completaram o quebra-cabeças.

Mesmo de posse da escritura, a luta continua. "Chegaram a me oferecer R\$ 200 milhões pra vender a escritura", conta Edson, que não aceitou e se uniu aos primos João Fernandes e Luiz Carlos Batista de Camargo, entre outros parentes, para reivindicar a posse das terras, um total de 84 mil alqueires de extensão.

A última matéria da série sobre o Quilombo Os Camargo será publicada na edição do próximo domingo, dia 30.



## **Ano da agricultura familiar, camponesa e indígena**

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 23.03.2014

Você sabe o que come? Nós sabemos o que comemos? Eu sei de onde vêm a cenoura, o feijão, o arroz, o repolho, o frango, a cenoura, o tomate? Quem os planta e produz e os faz chegar à minha/nossa mesa todos os dias?

2014 é mesmo um ano muito especial. Ano de Copa do Mundo depois de 64 anos (a primeira Copa de que tenho lembrança foi a de 1958, que ouvi no velho e grande rádio de papai Léo, aboletado na cozinha de casa, de som tronitruante e limpo), ano de eleições. Ano também dos 50 anos do golpe militar de 1964 (lembrar muito e sempre, para que nunca mais aconteça), 30 anos das Diretas-Já (a democracia voltando a florir, felizmente até hoje, período mais longo da história brasileira). E 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

O Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) é fruto da iniciativa de movimentos sociais do campo, com apoio de vários governos, especialmente o brasileiro. Em 2008, iniciaram uma campanha para que as Nações Unidas adotassem a proposta de um Ano Internacional da Agricultura Familiar. Em 2011, A Assembleia Geral da ONU por unanimidade declarou 2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar, dando mandato à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para implementar o AIAF 2014.

O AIAF é o primeiro ano internacional da ONU promovido pela sociedade civil, por mais de 360 organizações de 60 países dos 5 continentes. No Brasil, é o Ano da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena, organizado pelo Comitê Brasileiro do AIAF 2014, composto por 49 entidades, 31 da sociedade civil e 18 do governo federal. Cabe ao Comitê, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), planejar, propor, promover, articular, organizar as atividades do AIAF. Informações: [www.aiaf2014.gov.br](http://www.aiaf2014.gov.br).

Por que o AIAF é tão importante? Há hoje 1,5 bilhões de pessoas em 380 milhões de estabelecimentos rurais, 800 milhões com hortas urbanas, 410 milhões em florestas e savanas, 190 milhões de pastores e mais de 100 milhões de pastores camponeses. Dentre todos estes, 370 milhões de indígenas. Juntos, estes 3 bilhões de agricultores familiares, camponeses e indígenas constituem mais de um terço da humanidade e produzem 70% dos alimentos do mundo. Sim, o número está certo: 70% dos alimentos do mundo.

No Brasil, os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário. Mesmo com pouca área, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos. Os cerca de 5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, que representam 83% do total de estabelecimentos agropecuários dos países dos MERCOSUL, produzem a maioria dos alimentos produzidos na região e são os principais responsáveis pelas ocupações no campo.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

A agricultura familiar, camponesa e indígena produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Isto é, o tomate que eu como, nós comemos, as verduras, as frutas, o milho, o arroz, o feijão, as carnes, até a cachaça e o vinho, vêm do suor e do trabalho de agricultores familiares, de camponeses e indígenas.

A IV Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional + 2, acontecida esta semana em Brasília, fez um balanço das decisões da IV Conferência de SAN e da execução do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Semana passada, a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) apresentou à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) o primeiro balanço do recém lançado Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Representantes governamentais e de movimentos sociais, Redes, ONGS, Fóruns e Articulações valorizam a agricultura familiar, camponesa e indígena e celebram o AIAF 2014. E querem alimentação adequada e saudável, sem agrotóxicos, sem venenos, não transgênicos. Querem cultivar a vida e a qualidade de vida, querem a produção cooperada e, portanto, um projeto de desenvolvimento com justiça social e ambiental, distribuição de renda, respeito à natureza, direitos plenos a mulheres e jovens, terra para todos e todas.

A agricultura familiar, camponesa e indígena, em especial a de base agroecológica e orgânica, é referencia de valores comunitários e cooperados, de alimentos saudáveis, de sujeitos de direitos, de uma nova sociedade.

2014 é mesmo um ano abençoado: para celebrar, para decidir o futuro, para cuidar da vida e do planeta, para dizer obrigado aos/as agricultores/as familiares, camponeses/as e indígenas. Eu sei o que como. Eu sei quem produz o que como.

Selvino Heck é assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República, secretário executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e membro do Comitê Brasileiro do AIAF 2014.

**Forte temporal causa estragos na comunidade Enseada do Aritapera**

SÍTIO BLOG DO COLARES, 24.03.2014

*Três comunitários focaram feridos e foram socorridos por uma equipe em uma ambulância*



Equipe em uma ambulância

O temporal que atingiu a região ribeirinha, na última quinta-feira (20) causou danos à comunidade Enseada do Aritapera. Três comunitários que trabalhavam em uma casa de farinha, destruída pela força do temporal, ficaram feridos e precisaram de atendimento médico. A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) foi acionada e de imediato providenciou o deslocamento de uma ambulância até a comunidade para socorrer as três vítimas, que foram atendidas, posteriormente, no PSM. Um comunitário já recebeu alta e retornou à comunidade, os outros dois permanecem internados, sob observação, mas com estado estável.

De acordo com o titular da COMDEC, Darlison Maia, os agentes da Defesa Civil farão o levantamento da situação das famílias e dos danos materiais sofridos em decorrência do temporal.



**Ofício valoriza mulheres ribeirinhas**

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 24.03.2014

O Projeto de Pesquisa "Cultura, Educação e Gênero na Amazônia: um estudo com as professoras ribeirinhas da região de ilhas de Belém do Pará", do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA, analisa a formação cultural de professoras ribeirinhas que nasceram, vivem e atuam como docentes nas ilhas de Belém. "Queremos compreender, por meio de reflexões pautadas na história cultural e na história de vida, a formação da professora ribeirinha na Amazônia paraense. O objetivo é indicar o sentido das relações de gênero nesse processo", explica a professora Sônia Maria da Silva Araújo, coordenadora da pesquisa. No curso da pesquisa, os dados indicaram que era preciso remontar ao sistema de honra e vergonha instalado na região, durante a colonização, para esclarecer tal sentido.

De acordo com a coordenadora, a intenção era desenvolver a pesquisa com as professoras ribeirinhas. No entanto, "por conta do tempo exíguo, não pudemos realizar esse trabalho na dimensão planejada, mas tentamos nos aproximar ao máximo de um trabalho em que não falávamos sobre as professoras, mas junto com elas, numa relação próxima de escuta", afirma Sônia Araújo.

**APROXIMAÇÃO**

Para Sônia Araújo, a coleta de dados por meio de depoimentos requer uma aproximação maior entre o pesquisador e o sujeito que narra a sua história de vida, "isso exige do pesquisador uma escuta atenta aos silêncios, às recorrências, às pausas, ou seja, requer uma escuta significativa para além do que é dito, do que a voz materializada expressa. Ora, para isso, é preciso disponibilidade".

Segundo a coordenadora, trabalhar com as trajetórias numa reflexão pautada na história cultural é o que distingue o projeto. "Embora não se trate de uma metodologia nova ou de uma matriz teórica desconhecida, essa forma de pesquisa não é muito frequente nos estudos sobre o 'ser professora'. A necessidade de relacionar os depoimentos à observação do lugar de trabalho, de seus deslocamentos diários, seu cotidiano, sua vida cultural acabou por resultar em uma reflexão interessante", analisa.

A pesquisa mostra que a literatura sobre a profissão docente na educação básica está distante dos sentidos históricos que o ofício assume em contextos particulares, como é caso das ilhas de Belém. "Do ponto de vista epistemológico, trabalhamos com a história cultural, o que também favoreceu a produção de resultados ainda não apresentados, análises ainda não promovidas acerca da vida dessas professoras. A importância da escolarização, o domínio da leitura e da escrita, o exercício de uma profissão qualificada no conjunto da sua classe social foram muito importantes para a compreensão do sentido que ela, a professora, assume no contexto das escolas das ilhas", pondera Sônia Araújo.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

Sônia Araújo destaca, ainda, que a professora ribeirinha vive os conflitos inerentes a uma sociedade em que as políticas públicas de acesso à cultura, à tecnologia e à escolarização ainda não predominam. Porém essas questões aproximam os sujeitos escolares, promovendo relações de solidariedade e dando à professora um lugar de liderança na comunidade. Nesse sentido, “o trabalho da professora qualifica o gênero e, de certa forma, oferece às mulheres ribeirinhas uma forma de superar as relações de subjugação e exploração da mulher na Amazônia, instaladas a partir da colonização”, afirma.

Ademais, nesse contexto, a professora pode assumir funções que extrapolam o seu ofício. No espaço ribeirinho, com sua história de ascensão econômica e cultural, a professora assume lugares muito variados. “A professora, que, na sua maioria, é mãe, mas também pode ser líder comunitária, ou mesmo liderança religiosa, vai assumindo funções que acabam por lhe garantir um sentido cultural de importância para além da docência, embora sempre a ela associada”, finaliza.

(Diário do Pará)



---

**FAB ainda não achou pistas de bimotor desaparecido**

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 24.03.2014

O trabalho de busca pelo avião bimotor desaparecido desde o último dia 18, às proximidades de Cacarejara, sudoeste do Estado, foi suspenso ontem (23) sem novidades.

As duas aeronaves que reforçam o trabalho de localização seguiram para Manaus (AM), local mais próximo a oferecer a estrutura adequada para a aterrissagem dos aviões.

As buscas são coordenadas pela Força Aérea Brasileira (FAB), que começou a utilizar o P-3 Orion, avião com sensores capazes de detectar peças metálicas no rastreamento. A aeronave é a mesma utilizada nas buscas pelo Boeing 777 da Malaysia Airlines, que desapareceu no dia 8 de março, na Ásia. Em Manaus, a equipe do P-3 Orion deve fazer os relatórios referentes aos últimos dias de buscas.

A FAB também conta com o avião Amazonas C-105, especializado em operações de busca, e um helicóptero Black Hawk, para salvamento. Segundo a corporação, 26 militares estão trabalhando nas buscas.

#### O CASO

A aeronave de prefixo PR-LMN, pertencente à empresa Jotan Taxi Aéreo, prestava serviço à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, quando enfrentou um grande temporal durante o voo.

De acordo com o ministério, estavam a bordo as técnicas de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa, o motorista Ari Lima e o piloto Luiz Feltrin.

(Diário do Pará, com Agência Brasil e Pedro Filho)



---

**Rio Tinto: Representantes de 30 tribos participam do lançamento dos Jogos Indígenas 2014**

SÍTIO PORTAL MÍDIA, 24.03.2014

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), lançou, nessa quinta feira (20), no Ginásio 'Fernandão', em Rio Tinto, a edição de 2014 dos Jogos Indígenas da Paraíba. O evento, que é realizado em parceria com as prefeituras de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, acontece entre os dias 26 e 29 de abril, na aldeia Jaraguá (Rio Tinto).

Durante a solenidade, os caciques, representantes das 30 tribos que irão participar dos Jogos, promoveram atividades ligadas à cultura Potiguara, típica da região, e ainda uma apresentação do Toré. "A dança expressa a força da cultura local", disse a prefeita de Rio Tinto, Dudu de Brizola.

O secretário Executivo da Sejel, José Marco, destacou que esta é a terceira edição consecutiva dos Jogos Indígenas e ressaltou o engrandecimento do esporte na Paraíba. "Há três anos que o Governo do Estado realiza esses Jogos e isso mostra o compromisso com o esporte em todos os segmentos da sociedade", frisou José Marco. As modalidades que serão disputadas são futebol, futsal, mini maratona, arco e flecha, canoagem, corrida do toro, arremesso de lança e cabo de guerra.

Também participaram da cerimônia, o prefeito Manoel Messias, da Baía da Traição; e a vice-prefeita de Marcação, Eliselma de Oliveira (Lili).



---

**Estudantes de Jornalismo da UFRB lançam revista sobre Políticas Afirmativas**  
SÍTIO ASSUFBA, 24.03.2014

Estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) lançaram na noite de quarta-feira, 19, durante o I Encontro de Estudantes Negras, Negros, Indígenas, Cotistas e Quilombolas (ENICQ), no campus de Cruz das Almas, a Revista Afirmativa, uma publicação que aborda as políticas afirmativas dentro e fora dos espaços acadêmicos. A revista é uma iniciativa dos discentes do curso de Jornalismo, com o apoio da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPPAE).

Segundo Alane Reis, editora executiva da revista e estudante do oitavo semestre de Jornalismo, a linha editorial traz as perspectivas das Políticas de Reparação no Brasil com o intuito de ser a voz ativa das juventudes silenciadas na busca por informação, cultura, entretenimento e comportamento. "No processo inicial da pesquisa que culminaria na revista, surgiu uma inquietação: os cotistas não conhecem o processo de luta pelas cotas. Levantamos narrativas fascinantes que instigaram a vontade coletiva de organizar uma publicação que contasse a história das Políticas de Reparação no Brasil", explicou a editora.

O diretor executivo da revista Raça Brasil, Maurício Pestana, presente na mesa de lançamento, declarou estar impressionado com a iniciativa da UFRB. "Ter uma Universidade no Brasil que tem um percentual grande de estudantes e professores negros é perceber que os paradigmas da sociedade estão mudando e a UFRB precisa ser conhecida como o exemplo de excelência universitária por apoiar projetos estudantis desse tipo", salientou.

O professor de Comunicação da UFRB, Jorge Cardoso Filho, explicou que o jornalismo tratado sem o apelo da imparcialidade no projeto da revista desenvolvido pelos estudantes é uma prova da qualidade de formação que o curso da UFRB tem oferecido. "Pensar o jornalismo sem suas máscaras – a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade – e refletir um jornalismo de posição é respeitar seus leitores, e isso é também fruto da formação que oferecemos."

"Apoiar projetos dos estudantes é nosso papel como universidade popular. E apoiar projetos dessa qualidade é também uma obrigação, pois reflete a qualidade da educação que a UFRB dispõe", enfatizou Denize Ribeiro, coordenadora de Políticas Afirmativas da PROPPAE.

A distribuição da Revista Afirmativa é gratuita e pode ser adquirida no campus da UFRB em Cachoeira.

Fonte: <http://www.ufrb.edu.br/>



## **Indígenas de oito povos se reúnem para criar a rede de Pontos de Cultura Indígenas do Nordeste**

SÍTIO THYDEWA.ORG, 19.11.2013

Na terça-feira, dia 25, terá início o primeiro encontro do programa Mensagens da Terra na sede do Pontão Esperança da Terra, em Olivença, Bahia. Indígenas de 08 comunidades do Nordeste – Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Cumuruxatiba, Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá (BA), Pankararu (PE), Xokó (SE), Kariri-Xocó, Karapotó-Plakiô (AL) – se reunirão para debater o funcionamento e práticas de gestão dos Pontos de Cultura que serão implantados pelo programa.

O Mensagens da Terra, de autoria da ONG Thydêwá e com o apoio do Ministério da Cultura, visa capacitar 100 Agentes Indígenas de Cultura Viva no uso das tecnologias de informação e comunicação para agirem a favor do Planeta e de suas comunidades. Os indígenas participarão de uma formação continuada, presencial e a distância, no decorrer de três anos, com o objetivo de fortalecer suas culturas e melhorar a Educação, Cidadania, e Sustentabilidade em suas comunidades.

No encontro, através de metodologia aberta e participativa fundamentada nas Rodas de Conversas, serão abordados temas como o valor da cultura indígena, identidade, diversidade cultural, cultura da paz, cidadania, sustentabilidade, entre outros. Nas rodas, cada participante partilha seu ponto de vista, sua experiência, seus sonhos e seu futuro; a vivência, a fala e os rituais são tidos como elementos fundamentais para a compreensão da cultura particular de cada comunidade.

O encontro contará também com a presença de visitantes que contribuirão para a criação de uma partilha pluricultural e multiétnica. Entre eles, Pedro Vasconcelos, Diretor da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; Débora Castro, consultora de culturas indígenas e coordenadora geral de Programas e Projetos Culturais (CGPPC); Lula Dantas, membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC); Bruno Tarin e Laila Sandroni, encarregados de realizar os Diagnósticos Situacionais do Programa Mensagens da Terra.

Este é o primeiro dos 06 encontros presenciais de 40h que ocorrerão durante a duração do Programa. Serão realizadas também oficinas em cada um dos Pontos de Cultura Indígenas e será criada uma Comunidade Virtual de Aprendizagem – um espaço onde os participantes poderão construir conhecimento e trocar experiência através da partilha em rede na internet.

“Desejamos que as comunidades se empoderem dos Pontos de Cultura Indígena e consigam fazer uma gestão para que as melhorias cheguem em suas comunidades”, disse Potyra Tê Tupinambá, sócia e diretora executiva da Thydêwá, em meio aos preparativos para o primeiro encontro, anunciando as expectativas para os três anos de projeto que estão pela frente.

Serviço:

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

---

O quê: I Encontro do Programa Mensagens da Terra

Quem: Uma produção da Organização Não-governamental (ONG) Thydêwá, com o apoio do Ministério da Cultura (MinC), com a parceria e a participação de 08 comunidades indígenas do Nordeste

Quando: 25 a 29 de março de 2014

Onde: Sede do Pontão Esperança da Terra (Thydêwá), em Olivença, Ilhéus (BA).

Sugestões de fonte: Sebastián Gerlic (presidente da Thydêwá); Potyra Tê Tupinambá (indígena Tupinambá e diretora executiva da ONG)

Contato: 73-3269-1970, [contatos@thydewa.org](mailto:contatos@thydewa.org)



---

**Para procurador, Justiça Eleitoral não deve exigir certificado de quitação do serviço militar para indígenas**

SÍTIO ÚLTIMA INSTÂNCIA/UOL, 24.03.2014

*Indígenas têm direito de participar da vida política, sem serem obrigados a seguir regras e comportamentos estranhos à sua cultural*

Da Redação

O procurador-geral eleitoral, Rodrigo Janot, enviou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) manifestação pela não exigência da apresentação de quitação do serviço militar para o alistamento eleitoral de indígenas. Segundo ele, deve-se resguardar o direito à organização social e à preservação dos costumes, crenças e tradição dos indígenas, conforme disposto no artigo 231 da Constituição Federal. O parecer foi enviado no âmbito de processo administrativo que será analisado pela Corregedoria-Geral Eleitoral.

De início, Janot defende que a diferença cultural não pode ser utilizada como justificativa para deixar de se reconhecer os direitos e a capacidade dos povos indígenas em participar do processo eleitoral. Depois, passa a analisar os documentos exigidos pelo Código Eleitoral para alistamento, dentre os quais está o certificado de quitação do serviço militar.

Para ele, o tratamento conferido ao índio, neste aspecto, deve ser contextualizado de modo a garantir a participação do indígena na vida política nacional, relativizando a imposição de regras e comportamentos estranhos à sua organização social e cultural, como é o caso do serviço militar.

Janot ressalta que o decreto que regulamenta a lei do Serviço Militar não contém qualquer dispositivo relativo à prestação de serviço militar por indígenas. Por isso, o Ministério da Defesa editou portaria que implanta política priorizando a incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas, mas estabelece que o serviço militar será prestado de maneira voluntária.

Para o procurador-geral, não deve ser admitido pelo ordenamento jurídico vigente o fato de atrelar o direito ao alistamento eleitoral à apresentação de certificado de quitação do serviço militar, impondo obrigação estranha às tradições e cultura atinentes aos indivíduos pertencentes às comunidades indígenas, implicaria em grave restrição ao exercício de cidadania pelos índios.



---

**Crise na Casai de Dourados chega no Ministério Público Federal**

SÍTIO O PROGRESSO, 24.03.2014

*Conselho Distrital de Saúde Indígena discute falta de alimentos e desativação de leitos com a Procuradoria federal*

Valéria Araújo  
Do Progresso

A crise na Casa de Apoio Indígena (Casai) chegou no Ministério Público Federal, que reúne lideranças indígenas, hoje, para tratar do assunto. De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Fernando de Souza, há dois meses, foi entregue um relatório sobre as deficiências da unidade. "Estas precariedades culminaram no afastamento do coordenador da Casa. Agora, o importante é verificar os motivos que levaram a esta crise, já que os repasses mensais estariam sendo feitos", destaca.

Além de afastar o coordenador da Casai de Dourados, foi instaurada uma sindicância na Secretaria Nacional de Saúde Indígena para apurar a crise apesar dos repasses. Uma servidora foi indicada para ocupar o cargo no período das investigações. O secretário garantiu, ainda, que virá para Mato Grosso do Sul ainda neste semestre para verificar in loco a crise na Saúde Indígena.

Para Fernando de Souza, a expectativa é de que o secretário resolva questões emergenciais da Saúde Indígena de MS, como a nomeação de um coordenador para a Sesai/MS, já que o cargo está desocupado desde novembro do ano passado, e a compra imediata dos materiais básicos nos postos de saúde, bem como os medicamentos.

Recentemente, a comunidade indígena denunciou que os servidores da Casai estavam mantendo o serviço com o próprio salário.

"Se não é a vaquinha dos funcionários, os pacientes ficam sem alimentação", disse Fernando, observando que 10 dos 29 leitos estão desativados no local.

De acordo com ele, a Saúde Indígena continua em crise, apesar dos repasses de mais de R\$ 7 milhões que chegaram somente este ano para a Secretaria Especial de Saúde Indígena. O valor é referente à primeira parcela de um total de quatro, que juntas somam o valor de R\$ 28 milhões previstos para 2014 em Mato Grosso do Sul.

No ano passado, a pasta teria recebido R\$ 22 milhões. Apesar dos repasses, as famílias indígenas padecem sem o mínimo de estrutura nas unidades de atendimento. São materiais básicos e medicamentos em falta nos postos de saúde da Reserva, veículos sucateados parados no pátio da Sesai, desativação de serviços como sala de vacina e leitos na Casa de Apoio Indígena e até mesmo falta de alimentos e materiais de higiene e limpeza.



**Seminário interuniversitário debate terras indígenas e crescimento econômico**  
SÍTIO UFSC, 24.03.2014



O Seminário interuniversitário Terras indígenas e crescimento econômico: tempo de dúvidas e desafios será realizado dias 24 e 25 de março, a partir das 18h30min, no Plenarinho Paul Stuart Wright – Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O evento é promovido pela FUNAI, UFSC, Udesc, Univali, Unisul, PetGeo e Aba.

**Rastro crescente de destruição: Minas-Rio – “Um mineroduto que passou em minha vida”**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2014



Seu Aristides e Dona Maria moradores de João Antonio Distrito de São Domingos do Prata tiveram sua nascente de água destruída e como consequência sofrem pela falta de água. Foto: Mariela Guimarães

Reportagem especial de Ana Paula Pedrosa e Queila Ariadne, em O Tempo

Uma mina, um mineroduto, um porto e muitos problemas. Por 525 Km, o projeto Minas-Rio, da Anglo American, vai unir, por meio de um mineroduto, a extração de minério de ferro, em Minas Gerais, ao porto, no Rio de Janeiro. O mineroduto é o maior do mundo e o complexo só espera a concessão das licenças de operação para começar a funcionar, o que deve acontecer até o fim do ano. Enquanto os tubos do projeto vão sendo enterrados, um rastro de insatisfação vai se abrindo entre os atingidos, que se sentem abandonados pela empresa.

Veja, abaixo, o vídeo síntese. Para ler a Reportagem Especial, clique AQUI. Vale a pena!

[https://www.youtube.com/watch?v=G7TuqXxVp7Y&feature=player\\_embedded](https://www.youtube.com/watch?v=G7TuqXxVp7Y&feature=player_embedded)

[Enviado por Patrícia Generoso, com o comentário: "Um dia após o Dia Mundial da Água, o jornal O Tempo traz uma reportagem especial de Ana Paula Pedrosa sobre o rastro de destruição do projeto que o governo de Minas e muitos cidadãos mineiros parecem não querer enxergar. Estamos em tempo de escassez de água, que muitos insistem em tratar como se fosse uma crise. E pior ainda, se o único risco fosse o 'apagão". Não deixe de ler e ver o vídeo produzido pelo jornal".]



---

**Primeira federal a adotar cotas, UnB deve decidir sobre sistema até abril**

SÍTIO UOL, 24.03.2014

A Universidade de Brasília (UnB) deve decidir, no próximo dia 3 de abril, se vai aderir exclusivamente à Lei de Cotas (Lei 12.711) para o ingresso de estudantes negros e indígenas ou se manterá parte da política de inclusão criada pela própria instituição há 10 anos, combinando as regras previstas nas duas normas.

A decisão deveria ter sido divulgada no último dia 13 pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da universidade, mas foi adiada depois que estudantes pediram mais tempo para discutir as alternativas. O reitor da UnB, Ivan Camargo, garantiu que o assunto será votado antes do próximo vestibular da instituição.

No ano passado, quando a política de cotas da universidade completou uma década, uma comissão formada por professores da UnB concluiu um relatório, com análise de pesquisas e dados do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe), da Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA) e do Centro de Informática da UnB (CPD), que aponta que os resultados da política de cotas da universidade é positivo.

"Com as cotas, a UnB escolheu o caminho certo e o debate nacional que se instalou desde então confirmou esse acerto. Do ponto de vista acadêmico, o rendimento dos estudantes formados, em todas as áreas do conhecimento, não varia muito entre cotistas e aqueles que ingressaram pelo sistema universal. Além disso, os dados mostram a expressiva quantidade de estudantes negros que não teriam ingressado na UnB se não houvesse a possibilidade de concorrência pelo referido sistema de cotas", destacaram os integrantes da comissão.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 53./ 2014

Brasília, 24 de março de 2014.

---

**Conselho Indigenista realiza Seminário sobre exploração do Petróleo**

SÍTIO AC 24 HORAS, 24.03.2014

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) realizou durante três dias, em Cruzeiro do Sul, seminário envolvendo as principais lideranças indígenas das áreas onde acontecerão a exploração do petróleo. O seminário teve como tema "Petróleo, você compra, a natureza é quem paga".

Para a líder indígena Lucila Náuas, da Terra Indígena Náuas, localizada na área do Parque Nacional da Serra do Divisor, a população das áreas envolvidas na exploração devem receber informações sobre a retirada de petróleo no lugar, que até o momento não aconteceu.

O coordenador do CIMI, Lindomar Padilha, acredita que a exploração de petróleo no Acre é insustentável, tendo em vista principalmente os impactos que podem ser ocasionados na região.